LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

ANA JUSSARA FEITOSA SOARES

MERCADO DE CRÉDITO: SOLUÇÃO OU ARMADILHA

NATAL/RN
2014

ANA JUSSARA FEITOSA SOARES

MERCADO DE CRÉDITO: SOLUÇÃO OU ARMADILHA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário do Rio Grande do Norte - UNIRN, como requisito final para obtenção do título de Bacharel em Administração.

ORIENTADOR: Profº Msc, Márcio Carvalho de Brito

NATAL/RN
2014

Catalogação na Publicação – Biblioteca do UNI-RN
Setor de Processos Técnicos

Soares, Ana Jussara Feitosa.
Mercado de crédito : solução ou armadilha. / Ana Jussara Feitosa Soares. - Natal, 2014.
69 f.

Orientador (a): Prof. Me. Márcio Carvalho.
Monografia (Graduação em Administração) – Centro Universitário do Rio Grande do Norte.

1. Mercado Financeiro - Monografia. 2. Mercado de Crédito - Monografia. 3. Desenvolvimento Econômico - Monografia. 4. Agentes Econômicos - Monografia. 5. Inadimplência I. Carvalho, Márcio. II. Título.

RN/UNI-RN/BC CDU 658

ANA JUSSARA FEITOSA SOARES

MERCADO DE CRÉDITO: SOLUÇÃO OU ARMADILHA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário do Rio Grande do Norte - UNIRN, como requisito final para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Aprovado em:_____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc. Márcio de Carvalho Brito
Orientador

Thereza Angélica Bezerra de Souza Santos

Augusto César Rebouças de Brito

Dedico este trabalho a Deus que me proporcionou ao longo do curso saúde, determinação e inspiração. A Alcir Santos, meu querido esposo, por me fazer acreditar nos meus sonhos e convicções e por me dar o apoio necessário para que tudo se realize.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este trabalho, lembro-me de muitas pessoas a quem ressalto reconhecimento, pois, esta conquista concretiza-se com a contribuição de cada uma delas, seja de forma direta ou indireta. No decorrer dos dias, vocês me deram apoio e me incentivaram para que pudesse chegar a este momento tão especial.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela força e fé. Por me inspirar em todos os momentos da minha vida e por ter a certeza que sem ele nada seria.

Ao meu esposo que sempre esteve ao meu lado, me apoiando e me incentivando. A você o meu muito obrigada, mesmo ciente de que quaisquer que sejam as palavras, jamais conseguirão expressar toda a minha admiração por ti.

Agradeço aos meus pais pela dedicação incansável e presença constante, por me fazer acreditar que podia sempre ir além e por me educar com tanto carinho e amor todos os dias da minha vida. Em especial a minha mãe, companheira, amiga e educadora constante.

Aos meus irmãos, que junto com meus pais são peça fundamental em minha vida e estão sempre presentes na partilha das minhas conquistas e frustações. Obrigada pela amizade e companheirismo.

Meus sinceros agradecimentos ao meu professor, orientador e mestre Márcio Carvalho de Brito pelos ensinamentos dos últimos quatro anos e por despertar em mim o profundo interesse pela Administração Financeira. Você tem o dom de encantar as pessoas, de incentivar e de fazê-las ir em busca do melhor.

A todos os amigos por compreenderem minha ausência, mas que sempre tiveram por perto dispostos a me ajudar e dividindo os momentos de angústias, alegrias e conquistas.

Por fim, aos meus professores do Complexo de Ensino Noilde Ramalho e UNIRN que fizeram parte da minha vida escolar e acadêmica no decorrer desses 17 anos, instigando e fomentando minhas reflexões e receios pessoais, profissionais e acadêmicos.

RESUMO

Sabe-se que é preciso que recursos excedentes dos agentes superavitários sejam transferidos para aquelas pessoas que necessitam de recursos para um investimento ou consumo de bens, proporcionando assim, o crescimento e movimentação da economia do país. Dentro deste contexto, é notável que o crédito torna-se fundamental para que o mercado se torne funcional ao desenvolvimento sustentável do país. Após a estabilidade econômica pós plano real o mercado de crédito vem crescendo cada dia mais e contribuindo de forma substancial para o desenvolvimento e crescimento do país. Buscando identificar a visão relacional do mercado de crédito no contexto socioeconômico, este trabalho visa analisar os impactos positivos e negativos do mercado de crédito na economia brasileira, bem como verificar a evolução do crédito no contexto macroeconômico e demonstrar o nível de alavancagem e do endividamento das pessoas físicas e jurídicas. Para tal, foi realizada uma extensa pesquisa bibliográfica, descritiva e documental para fundamentar as informações sobre as quais foram dissertadas, além da uma utilização de análise qualitativa. A participação expressiva do mercado de crédito no percentual do PIB brasileiro demonstra a importância desse mercado para economia do país. Observando o comportamento desse mercado, notou-se que a categoria mais utilizada em maio/2014 foi a de recursos direcionados e entre as modalidades selecionadas, no que se refere as pessoas físicas, o financiamento imobiliário foi o que obteve o maior índice. Já em relação a pessoas jurídicas a modalidade que obteve o maior índice no período estudado foi o desconto por duplicatas o que está ligada diretamente a liquidez das empresas. No que se refere aos recursos livres pessoas físicas, os consumidores no período estudado, optaram mais pelo crédito pessoal. Esse tipo de crédito possui taxa de juros mais baixa que as outras modalidades e possui diversas formas o que facilitam o acesso a esse crédito. Observou-se ainda que apesar de todo crescimento do mercado de crédito os índices de inadimplência vêm caindo desde do ano de 2012 o que representa um importante fator para sustentação e manutenção desse mercado. Diante dos números apresentados pode-se afirmar que o trabalho obteve resultados positivos, uma vez que foi visualizado o comportamento do crédito na economia brasileira e suas modalidades comprovando através dos índices apresentados que o mercado de crédito é o principal elo de toda cadeia produtiva.

Palavras-Chave: Mercado Financeiro. Mercado de Crédito. Desenvolvimento Econômico. Agentes Econômicos. Inadimplência.

ABSTRACT

We know what it takes to excess funds from surplus agents are transferred to those who need resources for investment or consumption goods, thus providing the growth and movement of the economy. Within this context, it is notable that credit becomes essential for the market to become functional at the country's sustainable development. After the economic stability post real plan the credit market is growing every day more and contributing substantially to the development and growth of the country. Seeking to identify the relational view of the credit market in the socioeconomic context, this work aims to analyze the positive and negative impacts of the credit market in the Brazilian economy, as well as check credit developments in the macroeconomic context and demonstrate the level of leverage and indebtedness individuals and corporations. To this end, an extensive bibliography, and descriptive documentation to substantiate the information on which they were dissertadas survey was conducted, in addition to a use of qualitative analysis. A significant share of the credit market in the percentage of Brazilian GDP demonstrates the importance of this market for the country's economy. Observing the behavior of the market, it was noted that the category most used in May / 2014 was targeted between the selected features and modalities, as regards individuals, the mortgage was the one that had the highest rate. In relation to corporate mode that got the highest rate during the study period was the discount for duplicates which is directly linked to the liquidity of companies. With regard to free resources individuals, consumers in the study period, most opted for personal loans. This type of loan has lower interest rate than other forms and has many ways that facilitate the access to this credit. It was also observed that despite the growth of the credit market default rates have been falling since the year 2012 which represents an important factor for sustaining and maintaining this market. Given the numbers presented may be stated that the work has been successful since it was displayed the behavior of credit in the Brazilian economy and its modalities through indices presented proving that the credit market is the main link of the whole production chain.

Keywords: Financial Market. Credit Market. Economic Development. Economic Agents. Delinquency.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Variação Trimestral do PIB brasileiro – primeiro trimestre 2012 a primeiro trimestre 2014 – (%) 49

Figura 02 – Evolução do Crédito Total (% do PIB)- maio/12 a maio/14..... 50

Figura 03 -Variação do PIB brasileiro – demanda (% por trimestre) – 2013 a 1º tri / 2014..... 51

Figura 04 – Evolução do saldo das operações de crédito – Variação em 12 meses (%)..... 52

Figura 05 – Evolução do saldo das operações de crédito com Recursos Livres – Variação em 12 meses (%)..... 53

Figura 06 – Evolução das Operações de Crédito Pessoa Física –Variação em 12 meses (%) – Modalidades selecionadas 54

Figura 07 – Evolução das Operações de Crédito Pessoa Jurídica – Variação em 12 meses (%) Modalidades selecionadas 55

Figura 08 – Participação por modalidade. Pessoa Física (%) – Com recursos livres – Maio/ 2014 56

Figura 09 – Participação por modalidade. Pessoa Jurídica (%) – Com recursos livres Maio/2014..... 58

Figura 10 – Inadimplência – Pessoa Física, Jurídica e Geral (%) – maio/2012 a maio/2014..... 60

Figura 11 – Tipo de Dívida entre famílias endividadas (% de famílias) - maio/2014..... 61

Figura 12 – Dívidas vencidas de 15 a 90 dias e inadimplência (+ 90 dias) – Crédito Total – Pessoa Jurídica – maio/2012 a maio/2014..... 62

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....10

1.1 OBJETIVOS.....13

1.1.1 Objetivo Geral.....13

1.1.2 Objetivos Específicos.....13

1.2 JUSTIFICATIVA.....14

1.2.1 Social.....14

1.2.2 Acadêmica.....14

1.2.3 Profissional.....15

2 REFERENCIAL TEORICO.....17

2.1 CONCEITOS CENTRAIS.....17

2.1.1 Instrumentos Básicos da Economia.....17

2.1.1.1 Microeconomia e Macroeconomia.....17

2.1.1.2 Lei da Demanda.....20

2.1.1.3 Lei da Oferta.....20

2.1.2.4 O Ciclo Econômico Brasileiro.....22

2.2 MERCADO FINANCEIRO.....25

2.2.1 Mercado Monetário.....25

2.2.2 Mercado de Capitais.....28

2.2.3 Mercado Cambial.....29

2.2.4 Mercado de Crédito.....30

2.3 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....31

2.3.1 Agentes Econômicos.....33

2.3.2 Intermediação Financeira.....35

2.4 TAXAS DE JUROS.....36

2.4.1 Fatores que Influenciam as Taxas de Juros.....37

2.4 GESTÃO DE CRÉDITO.....38

2.4.1 Política de Crédito.....39

2.4.2 Análise de Crédito.....40

2.5 COMPORTAMENTO ECONÔMICO 42
2.5.1 Poupança 42
2.5.2 Crédito e Endividamento 43
2.5.3 Decisões de Financiamento 44
2.5.4 Socialização Econômica 44
3 METODOLOGIA 46
3.1 TIPO DE PESQUISA 46
3.2 COLETA DE DADOS 47
3.3 TRATAMENTO DE DADOS 47
4 RESULTADOS 48
4.1 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO 49
4.2 PESSOA FÍSICA – CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES 56
4.3 PESSOA JURÍDICA – CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES 58
4.4 ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA 59
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 63
REFERÊNCIAS 65
APÊNDICE

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Financeiro Nacional iniciou-se com a vinda da Família Real portuguesa, em 1808, quando foi criado o Banco do Brasil. Somente após a Segunda Guerra Mundial ocorreram, no mundo todo, uma série de medidas importantes necessárias para a organização financeira mundial e para que ela pudesse chegar ao que vivenciamos hoje. Assim, o mercado financeiro pode ser entendido como o sistema onde as pessoas negociam dinheiro. O mercado financeiro nacional é um conjunto de instituições divididas em mercados nos quais movimentam muitos valores. Nele, são negociados dinheiro através de ações, moedas ou créditos com a finalidade de financiar atividades produtivas ou com o intuito de geração de lucro. Esse mercado é normatizado pelos seguintes conselhos: Conselho Monetário Nacional (CMN) que é o órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional e tem como objetivo principal a organização financeira do país através da expansão de diretrizes gerais para o funcionamento do sistema financeiro nacional; o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) órgão normativo das atividades de seguros no Brasil, sendo responsável por fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados; e por fim, o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), órgão que regula o regime de previdência complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão).

Após a adoção do Plano Real, em 1994, a economia brasileira experimentou redução considerável na elevada inflação da década anterior. No início do Plano, porém, as taxas de juros eram muito altas, dificultando o desenvolvimento do mercado de crédito. Com o passar do tempo, o controle inflacionário e a redução das taxas de juros possibilitaram a expansão do mercado de crédito para consumo e para a produção de bens e serviços. O crédito empresarial, contudo, depende da rentabilidade e do risco da atividade empreendedora e os bancos procuram considerar esses fatores na análise de risco para a concessão de empréstimos.

O Sistema Nacional Financeiro é composto por um conjunto de instituições cujo objetivo é criar condições no sentido de viabilizar e operacionalizar a intermediação entre poupança e investidor, possibilitando ao setor produtivo maior eficiência. Deve ainda proporcionar condições satisfatórias para uma conservação de um fluxo de recursos entre o tomador e o poupador no país. Em outras palavras, é um conjunto de medidas voltadas para a transferência temporária de recursos entre os agentes econômicos. O resultado do mercado financeiro é o uso do dinheiro no tempo e consequentemente viabilizar a capacidade de consumo das pessoas.

O equilíbrio entre os tomadores e os poupadores no sistema financeiro é de extrema importância para o processo produtivo nacional. Os poupadores são os agentes econômicos chamados superavitários, aqueles que dispõem de recursos excedentes (oferta recurso) e sujeitam-se aos riscos do mercado, com a finalidade de obter juros ou lucro. Pode-se entender como sendo os agentes aos quais adiam a compra e assim dispõe de poupança. Já os tomadores são os agentes deficitários, eles demandam recursos e estão dispostos a financiar seu débito ao custo de mercado (acrescido de juros). Para fazer uma ligação entre esses dois segmentos surgem os Intermediários Financeiros que minimiza as imperfeições do mercado, facilitando a alocação de recursos entre os interessados. Segundo Lopes & Rossetti (1998, p.298) os intermediários financeiros têm como atividade viabilizar o atendimento das necessidades financeiras de curto, médio e longo prazos, manifestadas pelos agentes carentes, e a aplicação, sob riscos minimizados, das disponibilidades dos agentes com excedentes orçamentários.

O mercado financeiro é subdivido em: mercado monetário (*money market*) o qual está especificamente relacionado a financiamentos e aplicações de curto prazo; mercado cambial que é responsável pelas relações justas entre as moedas dos países; mercado de capitais que refere-se as empresas de capital aberto e mercado de crédito, foco desse trabalho, o qual está diretamente relacionado a concessão e tomada de crédito

Os mercados possuem funções bastante específicas dentro da economia de um país. O mercado monetário também conhecido como "mercado de moeda" é uma subdivisão do mercado relativo à concessão empréstimos com prazos de vencimento inicial de até um ano, no qual ocorre a captação de recursos à vista. Engloba papeis comerciais, certificados de depósitos, fundos do banco central, hipotecas de curto prazo, títulos do tesouro, entre outros. Tudo isso, negociados com base média da taxa de juros do mercado. Aliás, a formação da taxa de juros cujo COPOM (Comitê de Política Monetária) anuncia periodicamente, toma como base entre outras coisas o mercado monetário.

Já o mercado cambial relaciona-se com a compra e venda de moedas. É neste mercado que acontecem as transações com moeda estrangeira, com o intuito de suprir a demanda do mercado. Essas operações são bastante robustas e envolve diversos aspectos.

> As operações de câmbio são atividades complexas, não somente em virtude das inúmeras normas ditadas pelo Banco Central, que são constantemente alteradas, mas também devido a dependência de regras internacionais fixadas, pela Câmara do Comércio Internacional, pelos tratados internacionais e pelo uso de costumes locais de diversos países da negociação (VIEIRA, 2008, p.44)

O mercado de capitais, por sua vez, é um sistema de distribuição de valores mobiliários, que tem como finalidade proporcionar liquidez aos títulos de emissão de empresas e viabilizar seu processo de capitalização. A poupança empresarial e poupança individual constituem a principal fonte de financiamento dos investimentos de um país. Em especial as empresas quando expandem, necessitam de mais e mais recursos, que podem ser obtidos através de empréstimos de terceiros, reinvestimentos de lucros ou participação dos acionistas. No entanto, as duas primeiras fontes de recurso são limitadas, por isso, muitas vezes é pela participação de novos sócios (os acionistas) que uma empresa agrega mais recursos não exigíveis, em troca da participação no seu capital. As empresas assim podem investir em novos equipamentos ou desenvolvendo pesquisas, melhorando o processo produtivo de maneira a torna-lo mais eficiente. Em contrapartida, o investidor contribui para produção de bens e como acionista se beneficia da distribuição de dividendos. Dessa maneira, o mercado de capitais canaliza as poupanças da sociedade para a indústria, o comércio e outras atividades econômicas.

Dentro desse contexto, o mercado de crédito é onde ocorre o processo de concessão e tomada de crédito. Observa-se a seguinte definição para o mercado de crédito:

> Segmento que atende aos agentes econômicos quanto às suas necessidades de crédito de curto e de médio prazos. Particularmente, são atendidas solicitações de crédito para financiamento da aquisição de bens duráveis pelos consumidores e do capital de giro das empresas. A maior parte do suprimento desse tipo de crédito é feita por intermediários financeiros bancários; complementarmente, podem ocorrer suprimentos via intermediários não bancários; (LOPES E ROSETTI, 1998, p 415).

Algumas modalidades de tomada de crédito são praticadas no Brasil podendo citar: o cheque-especial, cartão de crédito, empréstimo pessoal, crédito direto ao consumidor (CDC), crédito consignado, crédito habitacional e leasing.

Ao longo de muitos anos de superinflações sofridas pelo Brasil inibiu-se o desenvolvimento do mercado de crédito no país, já que os bancos comerciais optavam por financiar as dívidas internas do país, que tinham maior liquidez e menor risco. Além de terem maiores taxas de juros. No entanto, a estabilidade econômica pós Plano Real estimulou o interesse dos bancos em possuir melhores sistemas para avaliações de risco de crédito e de sistemas mais sofisticados com a intenção de obter um maior refinamento do processo e assim minimizar o risco e aumentar o interesse por esse setor.

O mercado de crédito vem crescendo cada dia mais e contribuindo de forma substancial para o desenvolvimento e crescimento da economia do país. Analisando de maneira geral é preciso que os recursos excedentes de alguns agentes superavitários sejam

transferidos para aquelas pessoas que necessitam de recursos para um investimento ou até mesmo para consumo de bens, proporcionando assim, o crescimento e a movimentação da economia do país. É notável que o crédito torna-se fundamental para que o mercado se torne funcional ao desenvolvimento sustentável econômico.

O estudo contínuo sobre o tema agrega bastante valor aos envolvidos nesse processo: bancos, financeiras e sociedade, e deve ser visto com bastante cautela. O maior exemplo de como o mercado de crédito pode afetar todo o mundo correu na atual crise financeira, na qual, iniciou-se em um segmento limitado do mercado de crédito imobiliário norte-americano e espalhou-se para outros produtos financeiros, regiões e países, com capacidade destrutiva semelhante à das piores crises das economias capitalistas.

Este trabalho tem como objetivo analisar a importância do crédito e suas modalidades junto ao setor público e privado mostrando o desempenho do crédito brasileiro, visto que o mercado de crédito contribui de forma direta para o crescimento econômico do país. Portanto, como problemática tem-se: **qual a visão relacional do mercado de crédito no contexto socioeconômico?**

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar os impactos positivos e negativos do mercado de crédito na economia brasileira.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Verificar a evolução do crédito no contexto macroeconômico;
- Identificar aspectos positivos e negativos do crédito na economia nacional relacionando indicadores econômicos;
- Demonstrar o nível da alavancagem e do endividamento das pessoas físicas e jurídicas;

1.2 JUSTIFICATIVA

1.2.1 Social

Ao longo de toda a história econômica moderna, o instrumento do crédito tem sido o grande impulsionador da geração de emprego e renda. Tão importante quanto à disponibilidade do crédito é uma boa gestão de riscos, já que pressupõe a existência de processos seguros de avaliação e concessão de crédito, fundamentais para a manutenção de empresas saudáveis e a consequente expansão do crédito.

A relevância do mercado de crédito, principalmente no que diz respeito ao crescimento econômico do país, está ligado diretamente à escassez de recursos das pessoas físicas e jurídicas especialmente a curto e médio prazo. Para pessoas físicas, o mercado atua na concessão de crédito disponibilizando recursos para a aquisição de bens e serviços. Já para as empresas esse mercado atua na expansão dos negócios gerando maior renda e emprego para a sociedade através da alavancagem financeira.

Conforme explica Assaf Neto (2009, p 52)

> O mercado de crédito é constituído em sua essência pelos bancos comerciais/múltiplos. O objetivo básico desse mercado é o de suprir as necessidades de recursos de curto e médio prazos dos diversos agentes econômicos, seja pela concessão de créditos às pessoas físicas, seja por modalidades de empréstimos e financiamentos às empresas.

O crédito tem um relevante papel no processo de acumulação de capital, ou seja, transformador financeiro de diversas modalidades, prazos e níveis de risco, sendo essencial no funcionamento dos setores produtivos e também nas famílias. Assim, os dados financeiros funcionam como um indicador da trajetória futura de crescimento do PIB, influenciando diretamente o nível de poupança das economias. Dessa forma, o crédito passa a ser um importante indutor do crescimento do país.

1.2.2 Acadêmica

No artigo de DONADIO *et al* (2012) os autores afirmam a importância do estudo acadêmico sobre mercado de crédito, com a finalidade de buscar respostas que nos leve a refletir sobre as *nuances* existentes em torno do assunto.

> [..] é de extrema relevância entender algumas questões básicas ainda pouco exploradas na literatura acadêmica nacional: o consumidor brasileiro tem conhecimento suficiente para contrair tantos empréstimos? Qual seu nível de alfabetização financeira? Ele está consciente da proporção que suas dívidas podem adquirir se não forem corretamente administradas? E quanto ao cartão de crédito, o consumidor está ciente das tarifas, taxas e outros custos que incorrerá ao não realizar

> o pagamento total da fatura? O uso do cartão o torna mais vulnerável a gastar mais, ultrapassando seu nível de renda?

O mercado de crédito há tempos vem sendo reconhecido como essencial na promoção e desenvolvimento econômico do país, não apenas pelo seu papel na mobilidade da poupança destinada ao financiamento de investimentos e produção, mas também pela contribuição para eficiência econômica. O estudo do mercado de crédito se faz necessário de forma atualizada, com trabalhos acadêmicos que demonstre quais os efeitos e consequências da tomada de decisão dos gestores e como pode influenciar de forma decisiva os rumos da vida econômica tanto de empresa, quanto para pessoas físicas e economia do país. O resultado de uma decisão estudada e embasada pode trazer benefícios inigualáveis tanto pessoalmente como socialmente. O conhecimento pode ser um grande diferencial na carreira profissional e acadêmica dos gestores.

Para Marx (2003) o crédito é um importante mecanismo no processo de crescimento do país, uma vez que, flexibiliza a acumulação de capital. Schumpeter (1982) clássico da literatura sobre o desenvolvimento econômico, considera que o crédito é indispensável, em princípio, para o desenvolvimento, atribuindo assim papel fundamental ao crédito no crescimento econômico.

O estudo sobre os aspectos que norteiam o mercado de crédito tem bastante relevância já que é uma importante ferramenta para o desenvolvimento econômico. Conhecer e saber utilizar o crédito assegura um melhor e mais eficiente forma de captação de recursos tanto para pessoas físicas como jurídicas e pode maximizar os recursos disponíveis aliando custo-benefício de forma a atender as necessidades por elas expressas.

Conclui-se que é de importância mútua tanto para gestores, como governantes, como para população um estudo e pesquisa sobre os impactos, os prós e os contra a cerca do mercado de crédito, no sentido de discutir e entender o funcionamento e então saber identificar o crédito como armadilha ou como solução econômica.

1.2.3 Profissional

O mercado de crédito é um tema que necessita a atenção dos administradores das empresas, uma vez que, uma boa gestão financeira necessariamente perpassa pelo mercado de crédito e suas consequências. Matias (2007) descreve que crédito está ligado à troca de bens e serviços no presente, com promessas de recebimentos futuros das compensações financeiras.

O administrador deve compreender que o estudo desse mercado subsidia a tomada de decisão as quais trarão consequências de curto e longo prazo, isto é, as decisões tomadas no presente modificarão os rumos das empresas no futuro. Segundo Chiavenato (2010, p. 254):

> A administração é a prática de configurar consciente e continuamente as organizações. E a arte de tomar decisões é fundamental nessa prática. Tomar decisões é identificar e selecionar um curso de ação e lidar com um problema específico ou extrair vantagens dessa oportunidade. Em suma, decidir é uma parte importante do trabalho de administrar.

Entender o mercado de crédito possibilita enxergar uma oportunidade em meio a muitas opções de escolhas. Verificar, analisar e só assim decidir a melhor opção, requer um conhecimento aprofundado das práticas que envolvem esse mercado e suas consequências.

A Administração Financeira é uma área bastante abrangente, de múltiplos conhecimentos e de suma importância para organização, porém os profissionais muitas vezes não analisam de forma adequada o mercado de crédito e isto pode trazer consequências devastadoras para uma organização. Para se entender a administração financeira de uma empresa, deve-se entender também a importância do mercado de crédito para o desenvolvimento do país não somente pelo seu impacto direto na acumulação de capital e seus reflexos sobre a distribuição de renda e atividades produtivas, mas também pela formação de expectativas, já que se bem empregado e se garantidos os bons resultados dos investimentos, ele produz um aumento do otimismo da economia e consequentemente impacta positivamente ou negativamente as empresas.

O tema é dinâmico, uma vez que, a medida que o país amadurece institucionalmente se abre espaço para o crescimento de crédito. Os mercados interagem, assim, um bom mercado de crédito interage com os mercados de produto, de trabalho, da mesma forma que um mercado de trabalho eficiente interage com o mercado de crédito. É evidente que o crédito desempenha um papel importante nas economias capitalistas modernas, como atestam vários estudos e é por este motivo que requer cada vez mais estudos. Nesse sentido para que se tenha uma progressão e uma utilização adequada do mercado de crédito se faz necessário o estudo e análise do tema e foi por este motivo que este foi escolhido.

2 REFERENCIAL TEORICO

Para se analisar o mercado de crédito se faz necessária a exploração mais minuciosa de alguns assuntos que estão direta ou indiretamente relacionados ao mercado e ao Sistema Financeiro. Para auxiliar na elaboração deste trabalho acadêmico, utilizou-se obras de autores que são referência em suas áreas de atuação com o intuito de enriquecer e agregar valor as informações apresentadas.

2.1 CONCEITOS CENTRAIS

2.1.1 Instrumentos Básicos da Economia

Etimologicamente, a palavra economia vem do grego *oikos* (casa) e *nomos* (norma, lei). No sentido original, seria "administração da casa", que pode ser generalizada como "administração da coisa pública".

A economia é a ciência que estuda a maneira como se administra os recursos escassos. Para Vasconcellos (2010, p.3)

> A economia é definida como sendo a ciência social que estuda como o indivíduo e a sociedade decidem utilizar recursos produtivos escassos, na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, com a finalidade de satisfazer às necessidades humanas.

Assim, por ter como objetivo atender as necessidades sociais, trata-se de uma ciência social. Contudo, depende de restrições físicas, comprovadas pela escassez de recursos produtivos ou fatores de produção (mão-de-obra, capital, terra, matérias-primas).

A escassez surge em virtude das necessidades humanas ilimitadas e da restrição física de recursos. Afinal, o crescimento populacional renova as necessidades básicas; o contínuo desejo de elevação do padrão de vida (que poderíamos classificar como uma necessidade "social" de melhoria de status) e a evolução tecnológica fazem com que surjam "novas" necessidades (computador, freezer, celular, DVD etc.). Nenhum país, mesmo os países ricos, são autossuficientes, em termos de disponibilidade de recursos produtivos, para satisfazer a todas as necessidades da população. É exatamente nesse ponto que a economia se insere no estudo das questões que envolvem a administração e escassez de recursos.

2.1.1.1 Microeconomia e Macroeconomia

A teoria econômica representa um só corpo de conhecimento, porém como os objetivos e métodos de abordagem podem diferir, de acordo com a área de interesse de

estudo, costuma-se dividi-la em Microeconomia e Macroeconomia. Essa divisão, em dois ramos principais, torna o estudo mais claro e compreensivo.

A microeconomia estuda o comportamento das unidades econômicas básicas (consumidores, produtores e o mercado a qual interage), bem como, preocupa-se com determinação de preços e quantidades em mercados específicos. De maneira mais abrangente sobre o assunto, Pindyck e Rubinfel (2006, p. 3) definem microeconomia da seguinte maneira:

> [...] trata-se do comportamento das unidades econômicas individuais. Tais unidades abrangem consumidores, trabalhadores, investidores, proprietários de terra, empresas – na realidade, quaisquer indivíduos ou entidades que tenham participação no funcionamento de nossa economia. A microeconomia explica como e por que essas unidades tomam decisões econômicas.

Assim, microeconomia esclarece como os consumidores tomam decisões de compra e de que forma suas escolhas são influenciadas pelas variações dos preços e rendas; preocupa-se em saber como as unidades econômicas (as empresas) interagem para formar unidades maiores – mercado e setores. Enfim, através do estudo do comportamento e da interação das empresas e dos consumidores, a microeconomia revela como os setores e os mercados operam e se desenvolvem, por que são diferentes entre si e como são influenciados por políticas governamentais e condições econômicas globais eis o porquê da importância para o mercado de crédito.

A microeconomia trata, em grande parte, de limites – da renda limitada que os consumidores podem gastar em bens e serviços, de orçamento e tecnologias limitadas que as empresas podem empregar para produzir bens, por exemplo. No entanto ela também trata de como tirar o máximo proveito desses limites, ou seja, alocação de recursos escassos.

Nas modernas economias de mercado, consumidores, trabalhadores e empresas têm mais flexibilidade e poder de escolha na alocação de recursos escassos. As unidades econômicas individuais são divididas em dois grandes grupos de acordo com sua função: compradores e vendedores. Os compradores são justamente os consumidores aos quais adquirem bens e serviços, e as empresas que adquirem mão-de-obra, capital e matérias-primas que utilizam para produzir bens e serviços. Os vendedores, por sua vez, englobam as empresas que vendem bens e serviços, os trabalhadores que vendem seus serviços e os proprietários de recursos que comercializam recursos minerais para as empresas ou comercializam recursos minerais para as empresas. Nesse sentido, pode-se observar que a maioria das pessoas e das empresas atua tanto como compradores e quanto como vendedores dependendo da situação em que se encontram. Em síntese, verifica-se que compradores são os

que estão adquirindo um bem ou serviço, enquanto que os vendedores estão comercializando alguma coisa.

Os compradores e os vendedores, em conjunto, interagem originando os mercados. O mercado é o local no qual os consumidores procedem à troca de bens através de uma unidade monetária ou por meio de trocas. De acordo com os autores Pindyck e Rubinfel (2006, p. 7) "um mercado é, pois, um grupo de compradores e vendedores que, por meio de suas reais ou potenciais interações, determinam o preço de um produto ou de um conjunto de produtos". Os mercados estão no centro da atividade econômica, e muitas das questões mais interessantes da economia estão relacionadas com o modelo de funcionamento dos mercados.

Outro fator a ser levado em consideração é quando se compara o preço de uma mercadoria ou serviço hoje em relação ao seu preço no passado ou com o provável preço no futuro, deve ser medido os valores em relação ao nível geral de preços, ou seja, fazer a correlação com a inflação. Isso significa medir os preços em termos reais, e não nominais.

O preço nominal de uma mercadoria ou serviço é seu preço absoluto, ou seja, o preço da mercadoria ou serviço sem levar em consideração fatores econômicos como a inflação. Observa-se que em termos absolutos o preço de determinado produto hoje é muito mais alto que há 50 anos. No entanto, considerando o preço real que é o preço relativo a uma medida agregada dos preços (preço ajustado pela inflação) pode-se ter uma noção mais real sobre a relação do valor do dinheiro no tempo.

Os mercados tendem a equilibra-se pela lei da demanda e da oferta. A análise da demanda e da oferta é uma das ferramentas essenciais e poderosas na compreensão e na previsão de como as variações nas condições econômicas mundiais podem afetar o preço de mercado e a produção, na avaliação do impacto dos controles governamentais de preços, salário mínimo, suporte dos preços e dos incentivos à produção. A demanda e a oferta são elementos essenciais na análise do funcionamento de uma economia. São elas que vão determinar os preços de mercado dos bens e serviços, e como os preços orientarão a alocação dos recursos produtivos disponíveis na economia.

Não havendo intervenção governamental, a oferta e a demanda de uma mercadoria ou serviço entrarão em equilíbrio, determinando seu preço de mercado, bem como a quantidade produzida. Tal preço e tal quantidade dependerão das características específicas da oferta e da demanda.

2.1.1.2 Lei da Demanda

A demanda ou procura pode ser definida como a quantidade de certo bem ou serviço que os consumidores desejam adquirir em determinado período de tempo (Dallagnol, 2008). Para Vasconcellos (2010, p. 31) " demanda é quantidade de determinado bem ou serviço que os consumidores desejam adquirir, num dado período, dada sua renda, seus gastos e o preço de mercado." Assim, representa um desejo, um plano, ou seja, o máximo que o consumidor pode aspirar, dada sua renda e os preços no mercado.

A demanda de bem depende de uma série de fatores, dos quais podem ser citados: o preço do bem, a renda do consumidor, o preço de outros bens e os hábitos e gostos dos consumidores.

Quando se fala de demanda de um mercado está se falando em potenciais compradores. A quantidade demandada é a quantidade de um bem ou serviço que os compradores desejam. Em geral a quantidade demandada está negativamente relacionada com o preço do bem. Tal relação é conhecida como a Lei da Demanda. Assim, tudo mais mantido constante, a quantidade da demanda de um bem diminui à medida que seu preço aumenta.

Para Possamai (2001) a lei da demanda representa as várias quantidades que os consumidores estarão dispostos e aptos a adquirir, em função dos vários níveis de preços possíveis, em determinado período de tempo. Em outras palavras, a lei geral da demanda demonstra que quanto maior o preço do produto, menor é a procura considerando *ceteris paribus*. De acordo com Passos e Nogami (1998) *ceteris paribus* é a expressão latina que significa "tudo mais permanecendo constante", ou seja, sem alteração.

Quando a lei de demanda é representada graficamente, ela passa a ser chamada de curva de demanda. Uma curva de demanda pode ser deslocada quando algumas variáveis exercem influência sobre a decisão de compra dos agentes sofrem alterações. Exemplos de fatores ou variáveis que influenciam a decisão do consumidor e, portanto a curva de demanda são: renda, preços dos bens relacionados, gostos e preferências, expectativas e número de compradores.

2.1.1.3 Lei da Oferta

A oferta de mercado está diretamente relacionada com vendedores. A quantidade ofertada é a quantidade de um bem ou serviço que os vendedores querem e podem vender. O autor Vasconcellos (2010, p. 49) define oferta como sendo "a quantidade de determinado bem ou serviço que os produtores e vendedores desejam vender em determinado período." Assim

como a demanda, a oferta *ceteris paribus* também depende de vários fatores, tais como, o próprio preço, do preço (custo) dos fatores de produção e das metas ou objetivos dos empresários.

Diferentemente da função demanda, a função oferta mostra uma correlação direta entre as quantidades ofertadas e nível de preços, *ceteris paribus*. É a chamada lei geral da oferta, ou seja, com tudo o mais mantido constante, a quantidade ofertada de um bem aumenta quando seu preço aumenta. A relação direta entre a quantidade ofertada de um bem e o preço desse bem deve-se ao fato de que, um aumento do preço de mercado estimula as empresas a elevar a produção; novas empresas serão atraídas, aumentando a quantidade ofertada do produto. Além do preço do bem, a oferta de um bem ou serviço é afetada pelos custos dos fatores de produção (matérias-primas, salários, preço da terra), por alterações tecnológicas e pelo aumento do número de empresas. Fica claro, portanto, que a relação entre a oferta e o custo dos fatores de produção é inversamente proporcional. Por exemplo, um aumento dos salários ou do custo das matérias-primas deve provocar *ceteris paribus*, uma retração da oferta do produto.

Quando representada graficamente a lei da oferta é chamada de curva de oferta. Como no caso da demanda, também deve-se distinguir entre a oferta e a quantidade ofertada de um bem. A oferta refere-se à escala (ou toda a curva), enquanto a quantidade ofertada diz respeito a um ponto específico na curva de oferta. Assim, um aumento no preço de um bem provoca um aumento da quantidade ofertada, *ceteris paribus*, enquanto uma alteração nas outras variáveis (como nos custos de produção ou no nível tecnológico) desloca a oferta (isto é a curva de oferta).

Ao reunir a curva de demanda e curva de oferta é possível achar o equilíbrio do mercado, tanto em termos de quantidade como em termos de preço. O ponto em que as curvas cruzam é chamado de ponto de equilíbrio, no qual o preço é igual à quantidade demandada com a quantidade ofertada. Essa quantidade é chamada de quantidade de equilíbrio e o preço que as iguala é o preço de equilíbrio. Na situação de equilíbrio igualam-se as quantidades oferecidas e demandadas. Quando o preço é maior que o de equilíbrio, por exemplo, R$ 6,00 por quilo de laranja, a quantidade que os produtores desejam oferecer (160 kg) excede à quantidade que os demandantes desejam adquirir (70 kg), ou seja, provoca um excesso de oferta. E, devido à pressão da mercadoria excedente, que não é vendida, a concorrência entre os vendedores fará o preço descer até a situação de equilíbrio. Ao contrário, se o preço é menor que o de equilíbrio, por exemplo, R$ 2,00 por quilo de laranja, a quantidade que o demandante deseja adquirir (110 kg) é maior que a oferecida pelos produtores (40 kg), isto é,

há excesso de demanda. Nesse caso, os compradores que não obtiveram a quantidade desejada do produto pressionarão a elevação de preços até adquirir a quantidade desejada.

A lei da oferta e da procura é o mecanismo o qual o preço de qualquer bem se ajustará até igualar a quantidade demandada com a quantidade ofertada. Na visão de Dallagnol (2008), são as forças e os mecanismos de mercado, através das leis da oferta e da procura, que conduzem à fixação de um preço de equilíbrio, capaz de harmonizar o permanente conflito de interesses entre os produtores e os consumidores. Portanto, a oferta e a demanda atuam sobre o equilíbrio de um mercado determinando os preços e as quantidades dos diferentes bens e serviços da economia.

2.1.2.4 O Ciclo Econômico Brasileiro

Um dos setores que mais sofreu mudanças no Brasil foi o setor econômico. Ao longo dos séculos a economia do Brasil cresceu e se transformou. Para entender a formação histórica do ambiente econômico brasileiro é necessário conhecer primeiro os ciclos econômicos brasileiros.

Em meados do século XVI, o Brasil não era considerado um território importante para Portugal, era apenas um território de grande extensão habitado por índios nômades. O primeiro produto a ser explorado pelos portugueses foi o pau brasil. A madeira era utilizada pelos europeus para fabricação de naus (denominação dada aos navios de grande porte até o século XV) enquanto a tinta vermelha era utilizada para confecção e tinturaria têxtil. Apesar do pouco valor agregado, consequentemente pouco retorno a Portugal, o produto tinha grande aceitação. Sua extração era rudimentar, não criando povoados e não se fixando como produto relevante de exportação. A exploração do Pau Brasil durou até 1555, quando o produto começou sua escassez na orla marítima e assim seu custo passou a ser elevado, fazendo com que diminuísse o interesse pelo seu comércio.

O primeiro produto verdadeiramente importante para exportação brasileira foi o açúcar, cujo cultivo foi iniciado no início do século XVI. Devido às condições favoráveis ao cultivo da cana-de-açúcar e a excelente localização para exportação a Europa, esse cultivo foi introduzido inicialmente no litoral nordestino e posteriormente se expandiu por toda região. No início do século XVII, o Brasil tornou-se o principal exportador de açúcar do mundo. Todavia, a exportação teve seu declínio principalmente devido ao excesso de oferta do produto no mercado internacional.

A exportação do açúcar, contudo, não trouxe grandes melhorias para economia do país. Segundo Baer (1996, p. 35)

> Apesar do ciclo da cana-de-açúcar ter sido lucrativo para alguns agentes econômicos, o legado da exportação deste produto foi negativo, pois, o sistema escravagista manteve os recursos humanos subdesenvolvidos; o manejo da agricultura não evoluiu e o cultivo permaneceu primitivo; a distribuição de riqueza gerada ficou concentrada e grande parte dos lucros que cabia aos fazendeiros e senhores de engenho foi gasta com bens de consumo importados, e não em melhorias técnicas e de infra-estrutura.

Uma nova arrancada para no crescimento foi iniciada em 1690 com a descoberta do ouro em Minas Gerais. Migrantes de todo país foram para região, alterando o centro de atividade econômica da colonial para o local. Em relação a produção da cana-de-açúcar, a mineração resultava em menor concentração de renda e, portanto, desencadeou outras atividades como a produção agrícola e a criação de animais de carga.

No final do século XVII o ciclo do ouro terminou, quando a maioria das minas economicamente viáveis haviam se esgotado. Parte da população da região migrou para outras regiões em busca de trabalho na área agrícola e criação de gado.

Outro produto que teve relevância para exportação brasileira foi o café. Na quarta década do século XIX, ele o principal item de exportação do Brasil. As técnicas eram rudimentares, baseadas no trabalho de escravos que viviam à parte da economia monetária. O uso indiscriminado da terra, que começou a tornar-se improdutiva, aparecimento de pragas na lavoura e a proibição do tráfico de escravos em 1850, fizeram o ciclo do café entrar em decadência.

O início da industrialização por volta de 1844, quando o governo decide aumentar suas tarifas de importação em aproximadamente 30% com o intuito de aumentar a receita tributária. Em consequência surgem as primeiras empresas têxteis e posteriormente foram aumentando a quantidade de fábricas e oficinas através de incentivos do Estado como isenções de taxas na importação de maquinários e outras medidas. Por volta do ano de 1920 surgiram pequenas siderúrgicas. Somente durante a Segunda Guerra o Brasil conseguiu importar bens de capital e construiu sua primeira grande siderúrgica em Volta Redonda.

A economia do Brasil no século XX era uma economia primária, ou seja, importava os bens industrializados e exportava essencialmente a sua produção agrícola. Com a crise de 1929, os países reduziram os seus consumos drasticamente, afetando diretamente o Brasil.

O Brasil foi o primeiro país da América Latina a adotar o controle de câmbio, o qual gerava declínio na importação. Principalmente nos anos 50, esse instrumento foi utilizado para criação de um complexo industrial. Segundo Baer (1996, p. 68) “o controle do câmbio

foi uma das ferramentas básicas para a industrialização do país." Esse controle de câmbio passou por diversas fases que culminaram no início do processo de substituição das importações do Brasil.

O plano de metas, desenvolvido pelo então presidente Juscelino Kubitschek em meados do ano de 1956, também foi outro marco importante no processo de evolução da economia do Brasil e foi considerado o auge da industrialização. O plano apresentava três pontos principais: investimentos em infraestrutura, principalmente nos setores de transporte – centrado do setor rodoviário devido ao objetivo de introduzir o setor automobilístico – e energia elétrica; estímulo ao aumento de produção de bens intermediários, que foram objeto de planos específicos, e incentivos à introdução dos setores de consumo duráveis e de capital. Como consequência, ocasionou uma aceleração na inflação e crescimento da dívida externa.

Em 1964, após o golpe militar, foi criado o PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo que teve como objetivos o combate à inflação e a realização de reformas estruturais, que favorecesse o crescimento. Esse período foi conhecido como milagre econômico, de 1968 a 1973, as taxas de crescimento apresentaram-se excepcionalmente elevadas, com relativa estabilidade de preços. O Estado manifestou grande participação na economia, controlando os principais preços – câmbio, salário, tarifas, juros –, objetivando a eliminação de problemas oriundos de uma economia marcada pela inflação. Além disso, o Estado respondia pela maioria das decisões de investimento, sejam elas da administração pública ou privada, ou pela captação de recursos financeiros, incentivos fiscais e subsídios. Apesar da principal crítica relacionada ao período do milagre econômico ser a concentração de renda, tida como estratégia para possibilitar o crescimento econômico, a renda per capita de toda a população cresceu, o que resultou numa melhoria geral.

Durante o período dos governos de João Figueiredo e José Sarney (1980 a 1989), ocorreu uma profunda deterioração da situação econômica e social do Brasil. O modelo adotado para substituição de importações, que teve seu auge nos anos 70, se esgotou nos anos 80 e nenhuma ação de impacto foi realizada durante toda essa década no sentido de reestruturar a economia brasileira em novas bases. Somente a partir do governo de Fernando Collor 1990, foi dado o início ao processo neoliberal no Brasil, para facilitar o ingresso de capitais externos considerados indispensáveis devido à insuficiência de recursos da poupança interna para financiar investimentos.

2.2 MERCADO FINANCEIRO

De acordo com Assaf Neto (2001), o Mercado Financeiro é o conjunto de instituições financeiras, não-financeiras e instrumentos financeiros que têm como finalidade a transferência de recursos monetários de unidades econômicas superavitárias a unidades econômicas deficitárias, é composto pelo Mercado Monetário, de Crédito, Cambial e de Capitais.

Fortuna (1999) ressalta que o mercado financeiro permite que qualquer agente econômico, sem perspectivas de aplicação, da poupança que é capaz de gerar, seja colocado em contato com outro, cujas perspectivas de investimento superam as respectivas disponibilidades de poupança. É exatamente no mercado financeiro que essas transações acontecem.

A partir da existência de agentes econômicos que, de um lado possui superávit em seus orçamentos (ao fim de um determinado período sobra dinheiro), e de outros agentes que possuem um déficit (ao fim de um determinado período falta dinheiro), observa-se a necessidade de que a economia possibilite a transação entre esses dois grupos. Os mercados financeiros possibilitam o encontro desses dois agentes com objetivos diferentes: de um lado, obter liquidez (os deficitários) e do outro lado fornecer liquidez (os superavitários). Do encontro entre essas suas unidades econômicas e das diferentes configurações de prazo, volume de recursos e formas de remuneração pela liquidez surgem os quatro mercados: mercado monetário, mercado de capitais, mercado cambial e mercado de crédito.

2.2.1 Mercado Monetário

As autoridades monetárias, como por exemplo, o Banco Central, não conseguem intervir diretamente no cotidiano dos agentes econômicos (famílias e empresas), aumentando ou reduzindo o nível de consumo. Dessa forma, para assegurar a liquidez ideal da economia, cumprir o seu papel de elevar o nível de emprego, manter a estabilidade de preços e sustentar uma taxa de crescimento econômico adequado surge o mercado monetário que induz os agentes econômicos, através de intervenções indiretas (políticas monetárias), a alterarem seu perfil de consumo e assim conseguir o objetivo esperado pela economia. Para Assaf Neto (2001, p. 95) "o mercado monetário encontra-se estruturado visando ao controle da liquidez monetária da economia. Os papéis são negociados nesse mercado tendo como parâmetro de referência a taxa de juros, que se constitui em sua mais importante moeda de transação".

Os papéis que são negociados nesse mercado são de curtíssimo e curto prazo de resgate de liquidez e de alta liquidez. São negociados, principalmente, papéis emitidos pelo Banco Central do Brasil (Bacen), voltados à execução da política monetária do Governo; pelo Tesouro Nacional emitidos com o objetivo de financiar o orçamento público, além de diversos títulos públicos emitidos pelo Estado e Município, bem como, os papéis emitidos exclusivamente entre instituições financeiras como por exemplo os Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), os Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e debêntures.

A maioria dos títulos negociados nesse mercado são escriturais, ou seja, não são emitidos fisicamente e, por este motivo, exige um elevado grau de organização em sua liquidação e transferência. Por este motivo, as negociações com esses títulos são rigorosamente controladas e custodiadas por sistemas especiais: Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos Privados (Cetip). Esses sistemas têm como objetivo principal a boa liquidação das operações do mercado monetário, dando maior segurança e autenticidade aos negócios realizados.

O Selic foi criada em 1979 e tem como objetivo controlar e liquidar financeiramente as operações de compra e de venda de títulos públicos e manter a custódia física e escritural. Os negócios acertados com esses títulos são realizados diretamente entre os operadores das instituições financeiras credenciadas. Esses repassam as informações através do terminal de computador, ao Selic, para que ocorra a transferência do dinheiro e, a seguir, dos títulos envolvidos nas operações.

Posteriormente foi criada a Cetip em 1986, contendo características semelhantes ao Selic, porém operando apenas com títulos privados como os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), debêntures e Recibos de Depósitos Bancários (RDB). As operações financeiras da Cetip processam-se por transferências bancárias de fundos (cheques ou forma equivalentes) e somente após as respectivas compensações é que o sistema providencia as transferências da custódia de títulos.

Os dois sistemas possuem grande importância no volume de operações do mercado monetário e por este motivo, divulgam periodicamente duas taxas de juros que servem como base para muitos agentes econômicos, a taxa Selic e a taxa Cetip. Como os títulos negociados no Selic são de grande liquidez e praticamente de risco mínimo (títulos públicos), a taxa definida nesse sistema é aceita como taxa livre de risco da economia, servindo de importante referencial para formação dos juros de mercado, sendo assim, a taxa Selic referencia o custo do dinheiro no mercado financeiro.

Os governos (federal, estadual e municipal), por sua vez, captam recursos no mercado emitindo títulos representativos de dívidas públicas. Os títulos com maior aceitação e liquidez são os títulos públicos federais entre os quais pode ser destacado as Letras do Tesouro Nacional (LTN) que são títulos negociados com desconto (deságio), pagando o investidor uma quantia inferior a seu valor de face; as Letras Financeiras do Tesouro (LFT) que têm seus rendimentos atrelados a taxa Selic (*overnight*), garantido uma rentabilidade de mercado ao investidor. Outro exemplo é o Bônus do Banco Central, papéis de curto prazo e utilizados nos leilões de títulos públicos do Banco Central. Apresentam rendimentos prefixados na forma de desconto (deságio).

Toda essa estrutura do mercado monetário visa o controle da liquidez monetária da economia por meio de operações de compra e venda de títulos públicos. Com as operações de compra e venda de títulos, as autoridades monetárias regulam a oferta de dinheiro na economia. As autoridades monetárias ao decidir reduzir a oferta monetária da economia, colocam (vende) títulos de sua emissão junto aos agentes econômicos (pessoas e empresas), retirando do mercado parte do dinheiro em circulação. Ao contrário, caso deseje aumentar a liquidez da economia expandindo a oferta de dinheiro, recompra os títulos vendidos anteriormente.

Para Lopes & Rossetti (1998, p. 264) "as operações de mercado aberto, *open market,* constituem um instrumento de política monetária mais ágil e de reflexos mais rápidos [..]". As operações realizadas dentro do mercado aberto constituem um importante instrumento de política monetária e mostra que a liquidez monetária da economia pode ser regulada, assim como supridas as necessidades de caixa do Tesouro Nacional, de maneira mais dinâmica e imediata pelas operações de compra e venda de títulos públicos no mercado. A maior flexibilidade desse sistema permite que se regule, no dia-a-dia da economia, o nível da oferta monetária e da taxa de juros a curto prazo.

O mercado aberto tem seu funcionamento relativamente simples. O Banco Central (Bacen), executor das políticas monetárias, para captar recursos no mercado emite seus títulos e os vende num leilão primário (títulos que pela primeira vez estão sendo ofertados pelo Bacen). A partir daí, o Bacen recebe propostas das instituições financeiras junto aos *dealers* que são instituições escolhidas como representantes do Bacen no mercado. Salienta-se que a proposta pode ser aceita ou não pelo Bacen.

A instituição adquirente do papel no leilão primário pode renegociar esses ativos no chamado mercado secundário, no qual o instrumento de operação é o *open market* (mercado aberto). Nessa transação, a instituição financeira vende o título com compromisso de

recomprá-lo em uma data futura, financiando assim sua posição. O diferencial de taxa de juros verificada entre o ganho na compra do título e o que é pago em sua colocação (financiamento) é que determina a receita financeira (*spread)* da instituição.

Os bancos utilizam o mercado secundário para recompensar necessidades mais imediatas de caixa. Na realidade, as reservas monetárias dos bancos são compostas pelo volume de depósito voluntários e compulsórios mantidos junto às autoridades monetárias (reserva que o Bacen determina), e o dinheiro disponível no caixa das instituições. Da mesma maneira que o Bacen emite títulos, os bancos levam recursos ao mercado por meio da captação de depósitos à vista e a colocação de títulos de emissão com o objetivo de financiarem suas aplicações de ativos (formação de carteiras, concessões de crédito entre outros).

Entretanto a forma mais vantajosa de captação dos bancos são os depósitos à vista, uma vez que não são remunerados, promovendo assim, uma alta alavancagem na taxa de rentabilidade. Em geral os depósitos à vista, transformam-se em empréstimos, que, por sua vez, retornam às instituições financeiras sob a forma de novos depósitos, configurando-se assim um contínuo fornecimento de recursos ao sistema.

2.2.2 Mercado de Capitais

As operações no mercado de capitais usualmente são de longo prazo e assume papel importante no processo de desenvolvimento econômico. Ele serve de ligação entre os investidores (que tem capacidade de poupança) e àqueles carentes de recursos de longo prazo (déficit de investimento) e por este motivo é o grande alimentador de recursos permanentes para economia. No mercado de capitais, os principais títulos negociados são os representativos do capital de empresas (ações) ou de empréstimos feitos via mercado por empresas sem participação de intermediários bancários.

Assaf Neto (2011, p. 111) enfatiza a importância desse mercado para economia e desenvolvimento:

> O mercado de capitais assume papel importante dos mais relevantes no processo de desenvolvimento econômico. É o grande municiador de recursos permanentes para a economia, em virtude da ligação que efetua entre os que têm capacidade de poupança, ou seja, os investidores, e aqueles carentes de recursos de longo prazo.

Já na visão de Lameira (2001, p.8)

> O mercado de capitais é onde se concentram operações de longo prazo, ou de prazo indeterminado, com o objetivo de financiamento de um complexo industrial, da compra de máquinas e equipamentos, ou obtenção de sócios e parcerias, para a capitalização de empresas já existentes no mercado ou que estejam se constituindo.

Pode ser citado como as principais modalidades de financiamento no mercado de capitais: financiamento de capital de giro, arrecadamento mercantil, oferta pública de ações e a poupança.

O financiamento de capital de giro, realizado por bancos comerciais/múltiplos e bancos de investimentos tem como finalidade suprir as necessidades de recursos do ativo circulante das empresas (capital de giro). O prazo de resgate dessas operações é de 6 a 24 meses, e os pagamentos podem ser realizados parcelados ou ao final do prazo, em uma única vez. As garantias exigidas são normalmente duplicatas ou hipotecas de ativos reais.

O arrendamento mercantil é uma forma de financiamento especial que consiste em um contrato de arrendamento ou aluguel firmado entre um cliente (arrendatário) e uma sociedade de arrendamento mercantil (arrendadora), no qual o arrendatário utiliza-se do bem durante um prazo determinado, cujo pagamento é efetuado em forma de aluguel (arrendamento).

A oferta pública de ações caracteriza-se por uma operação típica das sociedades anônimas (S.A) e representa um importante meio de captação de recursos dessas empresas. Assaf Neto (2001, p. 115) enfatiza a importância dessas operações: "a emissão e a colocação de novas ações no mercado, se apresenta como uma das formas mais vantajosas que as empresas possuem de levantar recursos." No entanto, a empresa que necessita de recursos deve obedecer uma sistemática legal. Assim, a empresa interessada nesse financiamento deve procurar uma instituição financeira do mercado de capitais capacitada para a operação, e oferecer a venda do lote das novas ações emitidas. Os atuais acionistas da empresa terão a preferência na compra das ações.

Após adquirir as ações, a instituição financeira efetuará seu lançamento no mercado primário (constituídos por investidores que subscrevem esses valores pela primeira vez). Em seguida, esses investidores podem negociar entre si e com outros as ações subscritas (nesse caso o mercado é chamado mercado secundário, identificado nas negociações que se efetuam nos pregões de bolsa de valores).

Outra modalidade do mercado de capitais é a poupança. Essa tem baixa remuneração comparando com outros tipos de aplicação financeira, no entanto, oferece pouco risco (o governo garante os depósitos até certo limite).

2.2.3 Mercado Cambial

As transações com o exterior afetam diretamente a economia interna de um país, essas transações envolvendo moeda estrangeira e pessoas interessadas em movimentar essas

moedas ocorrem no mercado cambial. Assaf Neto (2001) define mercado cambial como sendo o segmento financeiro onde ocorre compra e venda de moedas internacionais conversíveis e as quais reúnem todos os agentes econômicos que tenham motivos para realizar transações no exterior.

Para Cavalcante (2001, p. 18) "o mercado de câmbio não é apenas uma referência de valor de moeda brasileira em moeda forte, como o dólar. O mercado funciona continuamente para comprar, vender ou arbitrar determinada moeda".

A demanda por moeda estrangeira está diretamente relacionada com os importadores, investidores internacionais, empresas multinacionais que necessitem remeter capitais e dividendos entre outros que necessitem fazer a conversão de moeda.

O Banco Central do Brasil, de forma mais específica, atua nesse mercado com o objetivo de controlar as reservas cambiais e manter o valor da moeda nacional em relação as outras moedas.

2.2.4 Mercado de Crédito

Segundo Silva (2000), em finanças, o vocábulo crédito define um instrumento de política financeira a ser utilizado por uma empresa comercial ou industrial na venda a prazo de seus produtos ou por um banco comercial, por exemplo, na concessão de empréstimo, financiamento ou fiança. Enquanto para Schumpeter, o crédito é fator fundamental para o investimento, e portanto para o crescimento econômico. Nas palavras do autor:

> A ênfase sobre o significado do crédito (...) Nem mesmo a ortodoxia mais conservadora dos teóricos pode negar que a estrutura da indústria moderna não poderia ter sido erigida sem ele, que ele torna o indivíduo até certo ponto independente dos bens herdados, que o talento na vida econômica "cavalga sobre suas dívidas, em direção ao sucesso". Nem é para defender ninguém a conexão estabelecida aqui entre o crédito e a realização de inovações, uma conexão a ser elaborada posteriormente. Pois é tão claro a *priori* como está estabelecido historicamente que o crédito é primariamente necessário às novas combinações e que é por estas que ele força seu caminho dentro do fluxo circular, de um lado, porque foi necessário originalmente para fundação do que agora são as empresas antigas, e de outro, porque seu mecanismo, uma vez em funcionamento, também se apodera das combinações antigas por razões óbvias (SCHUMPETER, 1982, p. 79-80)

Dentro desse contexto o mercado de crédito surge da necessidade dos agentes econômicos (empresas e indivíduos) de obter recursos para financiar em curto e médio prazo a aquisição de ativos permanentes (bens de consumo duráveis) e da demanda de capital de giro das empresas. É constituído basicamente por bancos comerciais e sociedades financeiras.

Para pessoas físicas o mercado de crédito possibilita um poder de compra maior, dessa maneira, disponibiliza o meio pelo qual essas pessoas adquirem bens e serviços e faz com que a economia progrida. Conforme afirma Perera (2009, p.43)

> O crédito usado adequadamente, tanto por governos quanto por empresas, como instrumento de gerenciamento do consumo, continua a mostrar vigor notável, graças ao papel sumamente importante que vem desempenhando no cotidiano da humanidade por facilitar as transações de bens e serviços.

Diversas modalidades de crédito são realizadas pelas instituições financeiras entre elas estão o desconto de títulos bancários, créditos rotativos e crédito ao consumidor (CDC).

O desconto de títulos bancários trata-se de uma operação de crédito que envolve principalmente duplicatas e notas promissórias e são tipicamente praticadas pelo sistema bancário. Trata-se de uma antecipação do valor de um título ao seu detentor, antes do prazo de vencimento, e mediante pagamento de uma compensação financeira. Assaf Neto (2001) explica que é uma forma de antecipar o recebimento do crédito e o valor liberado ao tomador é inferior ao valor nominal (valor de resgate) dos títulos.

Os créditos rotativos são linhas de crédito aberta pelos bancos, que visam ao financiamento das necessidades de curto prazo (capital de giro) das empresas e são movimentadas geralmente por meio de cheque.

No crédito direto ao consumidor (CDC) as instituições financeiras concede o crédito aos consumidores a fim de financiar bens e serviços. Como garantia, tem-se a alienação fiduciária de bem, objeto do financiamento. Uma vantagem deste tipo de operação é que o consumidor passa a usufruir do bem no ato da compra, sem precisar ter pago seu valor total. O CDC com interveniência significa para Assaf Neto (2001, p. 109) "[..] crédito bancário concedido às empresas para repasse a seus clientes, visando ao financiamento de bens e serviços a serem resgatados em prestações mensais". As prestações são acrescidas de juros cujas taxas são menores que as praticadas no cheque especial ou de cartão de crédito.

2.3 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

As instituições financeiras apresentam características muito próprias, e isso se relaciona diretamente com os padrões utilizados em outras atividades econômicas.

As instituições financeiras que operam no mercado podem ser classificadas segundo a natureza das obrigações que emitem e tipos de operações que estão autorizadas a realizar. A divisão normativa compreende as autoridades monetárias (Conselho Monetário Nacional -

CMN e Banco Central - Bacen) e uma autoridade considerada de apoio (Conselho de Valores Mobiliários - CVM).

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional (SFN). As principais atribuições desse órgão segundo Cavalcante (2001, p. 29) são "estabelecer as diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia; regular as condições de constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras; disciplinar os instrumentos de política monetária e cambial". Com base nas funções, o CMN estabelece diretrizes, normas, autorizações e limites para o sistema financeiro, tendo como principal executor o Banco Central do Brasil.

O Banco Central do Brasil (Bacen) criado pela Lei nº 4.595/64, integra o SFN como órgão executor das políticas traçadas pelo CMN, além de cumprir e fazer cumprir as disposições que lhe são atribuídas pela legislação em vigor. Atua também como agente da sociedade brasileira na promoção da estabilidade do poder de compra da moeda brasileira. De acordo com Mellagi Filho e Ishikawa (2000, p. 119) os principais objetivos do Bacen são:

> Zelar pela adequada liquidez da economia, manter a reserva internacional do País em nível adequado, estimular a formação de poupança em níveis adequados às necessidades de investimento do País e zelar pela estabilidade e promover o permanente aperfeiçoamento do Sistema Financeiro Nacional.

O Banco Central do Brasil tem estabilidade para garantir a manutenção do poder de compra da moeda e o equilíbrio da economia, impedindo emissões de moeda para garantir despesas do governo. Constitui-se, portanto, em mais uma grande fonte de poder.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é uma entidade vinculada ao Ministério da Fazenda criada em 1976. A principal finalidade desse órgão é a fiscalização e regulação do mercado de títulos e valores mobiliários, como por exemplo, o mercado de ações e de debêntures. Mellagi Filho e Ishikawa (2000, p. 121) expõem as principais atribuições da CVM:

> Estimular a aplicação de poupança no mercado acionário; assegurar o funcionamento eficiente das bolsas de valores e instituições auxiliares que operam nesse mercado; proteger os titulares de valores mobiliários contra emissões irregulares e outros tipos de atos ilegais que possam prejudicar a formação do preço nos mercados primários e secundários de ações; fiscalizar a emissão, o registro, a distribuição e a negociação de títulos pelas sociedades anônimas de capital aberto.

Vale salientar que a CVM não tem competência para determinar o ressarcimento de eventuais prejuízos sofridos pelos investidores em decorrência da ação ou omissão de agentes econômicos.

O Banco do Brasil é uma sociedade mista (capital público e privado) e exerce ao mesmo tempo as funções de agente financeiro do Governo Federal, executor das políticas de

crédito rural e industrial, e de banco comercial. O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDES) foi criado em 1964 é o principal órgão de execução da política pública de investimentos do Governo Federal.

A divisão operativa é composta por dezoito agentes entre os quais os bancos comerciais, caixas econômicas, bancos de investimentos, seguradoras e agências de fomento.

Os bancos comerciais têm como principal característica a captação de recursos através dos depósitos à vista. Já as caixas econômicas assemelham-se a bancos comerciais, por poderem captar recursos à vista, realizar operações ativas e efetuar prestações de serviços, entretanto, o objetivo principal não é o lucro por si mesmo, mas o bem-estar social.

Os bancos de investimentos objetiva principalmente o financiamento a médio e longo prazo para suprimento de capital fixo (investimento) ou de giro das empresas. Lameira (2001) explica que na prática sua atuação se dá principalmente através de financiamento para compra de máquinas e equipamentos.

Além do apoio financeiro às empresas, os bancos de investimentos estão capacitados, pela sua estrutura técnica, a oferecer uma série de serviços, como assessoria na realização de projetos e outros.

2.3.1 Agentes Econômicos

A função fundamental do mercado financeiro é tornar viável e operacionalizar os fluxos de financiamentos na economia, no qual interatuam os agentes econômicos.

Um agente econômico é um indivíduo, conjunto de indivíduos, instituição ou conjunto de instituições que, por meio das suas decisões e ações, adotadas prudentemente, estimulam de alguma maneira a economia. Para Mendes et al (2007, p. 19) "agentes econômicos são pessoas de natureza física ou jurídica que, através de suas ações, contribuem para o funcionamento do sistema econômico, tanto capitalista quanto socialista".

Considerando apenas o cenário interno (numa economia fechada, por exemplo), observa-se a existência de três grupos de agentes econômicos: as famílias, as empresas e os governos.

De acordo com Mendes et al (2007), as empresas são os encarregados de produzir bens e serviços, as famílias são todos os indivíduos e unidades familiares da economia e os governos são todas as organizações que estão sob o controle direto ou indireto do Estado.

O conceito de famílias engloba todos os tipos de unidades domésticas, unipessoais ou familiares, com ou sem laços de parentesco, empregados ou não, que compõem o potencial de

recursos para o desenvolvimento de atividades produtivas e os que recebam valores pagos pela previdência social ou outras instituições.

As empresas, entretanto, são os agentes econômicos para os quais concentram-se os recursos da produção disponíveis. Reúnem todas as unidades produtoras dos setores primário (agricultura), secundário (indústria) e terciário (comércio e serviços). As empresas juntam, organizam e remuneram os fatores de produção fornecidos pelas unidades familiares.

O papel dos governos é aumentar o bem-estar social. Para chegar ao seu objetivo, os governos necessitam das famílias – por isso contrata de forma direta o trabalho de unidades familiares e dos produtos e serviços das empresas, para o que adquiram uma parcela deles em prol da coletividade. As receitas dos governos provêm do sistema tributário, e seus gastos são os pagamentos efetuados em forma de salários e em fase do fornecimento de bens e serviços à sociedade.

A renda e o hábito de consumo dos envolvidos na relação entre os agentes econômicos não apresentam um estilo uniforme. Dessa maneira, sob a visão orçamentária, podem-se agrupar esses agentes econômicos em três grupos.

O primeiro grupo é denominado de agentes econômicos equilibrados conforme definido por Rosetti (2002, p.407) "os agentes econômicos equilibrados são classificados como sendo aqueles que demonstram um equilíbrio frente os trânsitos de cotas vigentes e futuros". É formado pelos agentes econômicos que têm orçamento equilibrado, ou seja, suas despesas com bens e serviços são iguais ao montante da receita recebida. Não apresentam excedentes de renda, dessa forma, a poupança desse grupo é nula.

O segundo grupo é composto pelos agentes econômicos que dispõem de orçamento superavitário, isto é, que têm valor excessivo de renda, porque a renda ultrapassa o valor do consumo e, assim, dispõem de poupança. Os agentes econômicos que apresentam orçamento superavitário são poupadores. Segundo Carvalho et al (2000) os agentes superavitários são classificados como sendo os que em seus planejamentos, as despesas fixas serão inferiores que a renda aguardada na mesma época, enquanto que os agentes deficitários são classificados como sendo aqueles que em seu planejamento as despesas fixas serão acima da sua renda no mesmo período.

O terceiro grupo é constituído pelos agentes econômicos deficitários. Em relação a esses agentes Lopes & Rossetti (1998, p. 407) expõe: "seus gastos em consumo e investimento, com bens e serviços correntemente produzidos, são superiores ao montante da renda correntemente recebida". Portanto, apresenta orçamento deficitário, que não apresentam excedente de renda, isso porque o consumo ultrapassa a renda, e por esse motivo precisam de

crédito para complementar suas necessidades de consumo. Os agentes econômicos que têm déficits orçamentários são tomadores.

Como qualquer outro mercado, o financeiro, também tem suas figuras principais, que são os compradores (tomadores de empréstimos), vendedores (poupadores) e os intermediários (instituições financeiras).

O mercado financeiro faz a junção entre os tomadores e os poupadores, ou seja, os agentes superavitários e os deficitários. Os deficitários tomam capital emprestado dos agentes superavitários que recebe de volta em determinado tempo o valor emprestado mais os juros tendo como ligação da transação os intermediários financeiros.

Quando poupam, as pessoas abrem mão da capacidade de consumo do dinheiro naquele momento, confiando que essa atual capacidade de consumo ocasionará em benefícios superiores no futuro, seja para algum imprevisto, para acumular dinheiro e comprar algo de valor elevado ou apenas para amparar a família na aposentadoria. Quando os poupadores optam por vender suas mercadorias, se transformam em investidores.

2.3.2 Intermediação Financeira

Segundo Kaufman (1973, p.77) "a ação de adquirir recursos aliados às entidades econômicas superavitárias e transmiti-las às centros econômicos deficitários são denominados de mediação". O papel dos intermediários financeiros é fazer a ponte entre os dois segmentos. Ao agrupar os recursos dos agentes superávitários, as intermediações financeiras proporcionam a ampliação das escalas produtivas, financiando investimentos de maior aspecto. Hillbrecht (1999, p. 22) declara que: "intermediação financeira é a maior fonte de recursos externos de organizações".

A existência do sistema financeiro condiciona-se a imperfeições de mercado, falhas no canal de transmissão de informação entre os agentes econômicos, podem prejudicar as negociações. As trocas entre os agentes elevam seus custos, de forma proporcional à gravidade das falhas de mercado, podendo, até torna-las inviável. A intermediação financeira funciona, como um mecanismo de defesa para reduzir tais imperfeições, para viabilizar a disponibilidade dos recursos entre poupadores e tomadores de empréstimos. Dessa forma, transmitir aos investimentos produtivos o capital necessário para viabilizar seus projetos. Quando o mercado financeiro é eficiente, a produção e o consumo de mercadorias são estimulados.

2.4 TAXAS DE JUROS

A taxa de juros é uma variável que influencia diretamente os indicadores econômicos de um país, como, a demanda por moeda e principalmente os índices de investimentos, quer seja do ângulo produtivo ou especulativo. O conhecimento da taxa de juros é de fundamental importância, na elaboração de políticas econômicas, na averiguação da hipótese de mercados eficientes, na determinação de preço de ativos financeiros, na gestão de riscos de mercado, na realização de investimentos diretos e dentre outras aplicações por ela relacionada.

Segundo Keynes (1936), a taxa monetária de juros é a percentagem de excedentes de uma soma de dinheiro contratada para entregar no futuro. Explica ainda que para cada categoria de bens de capital deve existir uma taxa análoga a do juro sobre o dinheiro.

> Pois há uma quantidade definida de (por exemplo) trigo para ser entregue dentro de um ano, que tem hoje o mesmo valor de troca de 100 "quartos" 132 de trigo para entrega imediata. Se a primeira quantidade é de 105 "quartos", podemos dizer que a taxa de juros do trigo é de 5% ao ano, e se de 95 "quartos", dizemos que é menos de 5% ao ano. Assim, para cada bem durável temos uma taxa de juros calculada em termos do próprio bem – uma taxa de juros do trigo, uma taxa de juros do cobre, uma taxa de juros da habitação, uma taxa de juros de uma usina siderúrgica. (KEYNES, 1936. p.219).

A taxa de juros é uma relação entre dinheiro e o tempo, ou seja, é o custo do crédito. Para Assaf Neto (2001, p. 56) "a taxa de juros é apropriadamente identificada como preço do crédito, refletindo uma dimensão temporal. O juro exprime o preço de troca de ativos disponíveis em diferentes momentos do tempo". A transação é de risco e por este motivo deve haver uma compensação. O tomador do crédito recebe a quantidade hoje, é previsível, porém o recebimento a um determinado prazo adia o uso desse valor pelo credor e por este motivo há a necessidade da cobrança do juro.

Giannetti (2005, p.10) enfatiza esse conceito:

> Os juros são o prêmio da espera na ponta credora – os ganhos decorrentes da transferência ou cessão temporária de valores do presente para o futuro; e são o preço da impaciência na ponta devedora – o custo de antecipar ou importar valores do futuro para o presente.

Dessa maneira, a taxa de juros sofre alterações dependendo da situação do mercado. Ela exprime a confiabilidade dos agentes econômicos com relação ao desempenho esperado da economia. Em momentos de maior instabilidade do ambiente econômica, ocorrerá certa elevação nas taxas de juros de mercado, como reflexo natural da incerteza associada às decisões de seus agentes.

2.4.1 Fatores que Influenciam as Taxas de Juros

A taxa básica de juros do Brasil é chamada Taxa Selic - Sistema Especial de Liquidação e Custódia - e é definida pelo Banco Central através do Comitê de Política Monetária (COPOM), cujos objetivos são estabelecer as diretrizes da política monetária e definir as taxas de juros.

De acordo com a descrição do Banco Central, a taxa Selic:

> É a taxa apurada no Selic, obtida mediante o cálculo da taxa média ponderada e ajustada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos federais e cursadas no referido sistema ou em câmaras de compensação e liquidação de ativos, na forma de operações compromissadas. (BANCO CENTRAL DO BRASIL)

O Copom se reúne mensalmente e é formado pelos oito membros da Diretoria Colegiada do Banco Central, com direito a voto. Nessa ocasião são decida e comunicada ao mercado a taxa meta para o financiamento dos títulos público, taxa Selic. Assim, a Selic funciona como principal instrumento de controle da inflação.

Na verdade, o Bacen pratica a chamada política monetária e influencia os demais taxas juros do mercado. Sempre que os preços das mercadorias e consequentemente a inflação cresce, sobem acima do estabelecido, o Bacen utiliza a taxa de juro para diminuir o dinheiro em circulação, conter a expansão do crédito e, assim, evitar que a inflação dispare. Com menos pessoas e empresas consumindo bens e serviços, os preços tendem a cair. Assim, a autoridade monetária afeta o nível de atividade econômica e de preços. A simples expectativa de mudança já é suficiente para causar efeitos econômicos.

A taxa de juros é determinada pela demanda e oferta de moeda, ou seja, pela quantidade de recursos emprestáveis disponíveis no mercado. Se houver uma grande oferta de moeda, isso faz com que a taxa de juros caia, pois existirão mais pessoas dispostas a poupar do que consumir, fazendo com que haja excesso de moeda, sendo desnecessário toma-las emprestadas; da mesma forma se houver uma queda na oferta da moeda, onde as pessoas não consigam poupar e necessitem de empréstimos para completar seu consumo, a taxa de juros tende a subir, desta forma os preços dos bens e serviços tendem a ficar estáveis durante um período de tempo até que o mercado novamente encontre alternativas que irão desalinhar a situação presente.

Um outro fator cuja a taxas de juros influência é a inflação. Para Vasconcellos (2010, p. 189) "define-se inflação como um aumento contínuo e generalizado no nível geral de preços". O autor ainda ressalta como sendo um fator preocupante quando mantido em níveis elevados, conforme dito: "a inflação acarreta distorções principalmente sobre a distribuição de

renda, expectativas empresariais, mercado de capitais e sobre o Balanço de Pagamentos". Quanto mais alta é a taxa de juros, mais ela dificulta o crédito ao consumidor e ao setor produtivo, consequentemente, há queda da produção e das vendas. Com mais barreiras ao financiamento de compras, a demanda por produtos diminui. Ao longo do tempo os produtos acabam tendo seu preço reduzido e com isso a queda da inflação. Assim, quando a inflação está em alta o Copom precisa aumentar a taxa Selic freando o consumo e quando deseja estimular o consumo, o mesmo diminui essa taxa incentivando o crédito gerando um crescimento econômico, pois as pessoas consumindo, as empresas produzem mais e com isso geram mais emprego e a renda da população aumenta melhorando então o nível de vida das pessoas.

Sabe-se também que a quantidade de moeda na economia frente à busca pela moeda, também é outro fator determinante para a taxa de juros. Keynes (1936) considera que o aumento na quantidade de moeda implica em uma redução na taxa de juros do mercado, tendo como hipótese que a moeda seja um bem normal. Dessa forma, o contrário também acontece, visto que, a diminuição na quantidade de moeda, significa aumento na taxa de juros.

Finalmente, a taxa de juros é de fundamental importância para a política monetária e o cotidiano dos agentes econômicos. É a variável macroeconômica mais acompanhada pelos agentes econômicos, devido a sua importância nas decisões de consumo dos indivíduos, nas escolhas das empresas por investimentos e no endividamento público.

2.4 GESTÃO DE CRÉDITO

Blatt (2000) esclarece que a palavra crédito tem sua origem no vocábulo latino credere, que significa crer, confiar, acreditar, ou ainda do substantivo creditum, o qual significa literalmente "confiança". Assim, em finanças, a palavra crédito relaciona-se com a confiança em receber um valor, em data futura, normalmente resultante da venda de um produto ou prestação de serviço.

Crédito é todo ato de vontade ou disposição de alguém ceder parte do seu patrimônio a um terceiro temporariamente, com a expectativa de receber de volta essa parcela integralmente, após o término do tempo estipulado. (SCHRICKEL, 2000).

A concessão de crédito, nos últimos anos, tem sido um dos principais componentes de crescimento do padrão de vida dos consumidores e lucro das empresas. Isso porque o crédito representa um fator de alavancagem da capacidade de gastos de indivíduos e empresas, o que gera um efeito multiplicador na produção e na economia.

Outro fator importante é que a concessão de crédito representa uma das principais fontes de retorno em uma empresa e, consequentemente de riscos associados. A questão do reembolso do crédito deve ser cuidadosamente analisada. Assim, uma boa gestão de crédito acaba por minimizar os riscos associados a essa concessão.

2.4.1 Política de Crédito

Numa política de crédito são decididos os parâmetros básicos para realização de vendas a prazo, encontrando a partir dela elementos necessários para uma boa concessão, monitoramento e cobrança. De acordo com Braga (1995) a política de crédito fixa os parâmetros da empresa em termos de vendas a prazo. Assaf Neto e Silva (2002, p. 109) definem os elementos fundamentais para a concessão do crédito: "padrão, prazo, desconto e cobrança". Para Ross, Westerfield e Jordan (2002, p. 46) "a escolha de uma política de crédito precisa considerar a relação entre os benefícios decorrentes do aumento de vendas e os custos de concessão de crédito".

A política de crédito assume papel importante na realização de vendas a prazo, uma vez que, determina de modo explícito as condições para o financiamento. São estabelecidos padrões de crédito, ou seja, requisitos mínimos de segurança que devem ser atendidos pelos clientes para que se conceda o crédito. Desse modo, "a política de crédito é quem vai definir os critérios de classificação de risco, as formas de acompanhamento e revisão de crédito, as alçadas de decisão para transferência de operações para crédito em liquidação, entre outros fatores relevantes." (SILVA, 2000, p. 121).

As políticas de crédito são caracterizadas pela concessão de prazo para pagamento das transações comerciais. O objetivo básico da política de crédito é "a orientação nas decisões de crédito, em face dos objetivos desejados e estabelecidos". (SILVA, 2000, p. 103).

Deve-se ter cautela em relação à definição da política de crédito adotado pelas empresas. Santos (2000) observa que, uma empresa quando adota uma política de crédito liberal tem um maior volume de vendas às custas de maiores riscos de inadimplência. Em contrapartida, uma política de crédito restritiva diminui esses riscos às custas da diminuição das vendas. A definição de qual estratégia seguir deve ser focada principalmente no equilíbrio entre incentivar as vendas ao máximo com o mínimo de perdas por inadimplência.

Segundo Blatt (1999), normalmente há cinco tipos de políticas de crédito:

1. Crédito liberal / cobranças rigorosas: produz ótimos lucros, porém aumenta os custos com pessoal de cobrança e perdas com dívidas incobráveis;

2. Crédito rigoroso / cobranças liberais: resulta em uma carteira de clientes a receber de alta qualidade, porém as vendas e receitas não são otimizada;
3. Crédito rigoroso / cobranças rigorosas: as perdas com dívidas incobráveis são menores e a carteira de cliente com alto nível de qualidade é mantida, porém restringe o crescimento do volume de vendas;
4. Crédito liberal e cobranças liberais: essa política resulta em menos lucro ou maiores perdas do que em qualquer outro tipo de política;
5. Crédito moderado / cobrança moderada: oferece condições para a otimização do crescimento de vendas, condições de recebimento, margens de lucro e fluxo de caixa, contribuindo para o melhor equilíbrio nos negócios.

A definição da política de crédito a ser adotada deve levar em consideração tanto a cultura organizacional como os objetivos estratégicos de gestão. Os limites de crédito também irão ser definidos a partir da política de crédito escolhida e esses devem ser respeitados para que se tenha uma diminuição no risco, assim, quanto maior for à capacidade de pagamento, maior será o valor limite a oferecer.

2.4.2 Análise de Crédito

Em termos gerais, pode-se dizer que a análise de crédito é um processo que envolve a reunião de todas as informações disponíveis a respeito de um possível tomador, com o objetivo de decidir sobre a sua concessão ao solicitante.

O objetivo principal da análise de crédito é a identificação, quantificação, e qualificação dos riscos envolvidos na operação e a aferição da capacidade de pagamento do futuro devedor. Para Lima Filho (2010, p. 16):

> Analisar crédito envolve a habilidade de se chegar a uma decisão de crédito (não existe decisão sem análise) clara, prática e implementável, considerando incertezas, alterações previsíveis ou não e informações nem sempre completas. É o que se requer do analista, que sua análise contribua para uma decisão que será sempre melhor quanto melhores sejam as informações analisadas. A atividade de concessão de crédito baseia-se em informações e decisões e estas precisam práticas e simples. Cada detalhe relevante tem que ser analisado, os riscos identificados e quantificados, assim como se faz necessário inferir como o beneficiário poderá contorná-los. Isto, para que a decisão possa ser tomada de forma objetiva.

A análise será mais consistente na medida em que estiverem presentes valiosas quantificação dos riscos identificados. Blatt (2000, p. 19) elucida que,

> A análise de crédito é uma ferramenta fundamental para a decisão, e consiste em um estudo da situação global do devedor. Ela possibilita a elaboração de um parecer que

> demonstra de maneira clara e objetiva o desempenho econômico-financeiro do cliente.

Analisando o potencial de pagamento do devedor, deve-se também aplicar técnicas, uma delas, é chamada de 5 C's do crédito. Gitman expõe:

> A seleção de crédito de uma empresa envolve determinar se o crédito deve ser concedido a um cliente e o limite quantitativo a ser concedido a ele. Fontes apropriadas e métodos de análise de crédito devem ser desenvolvidos, pois cada um desses aspectos é importante para a administração bem-sucedida das duplicatas a receber. Nesse sentido, passamos a analisar os "5 C's" do crédito, os quais constituem o foco tradicional para a determinação da capacidade creditícia dos solicitantes. Os analistas de crédito frequentemente utilizam dos 5C's para orientar suas análises sobre as dimensões-chaves da capacidade creditícia de um cliente. (Gitman, 2002, p. 696).

Os 5 C's tradicional refere-se aos seguintes aspectos: caráter, capacidade, capital, colateral e condições. O Caráter refere-se à intenção de pagar, faz alusão a integridade ética do pleiteador para saldar os compromissos assumidos. Para Fonseca; Mora Neto; Souza (2005), uma forma de apurar este aspecto é obter informações junto a bancos e cartórios de títulos e protestos e a partir daí tirar conclusões sobre a conduta do cliente no que diz respeito a pontualidade e permanência com que tem liquidado seus títulos e obrigações. O segundo aspecto é a Capacidade que refere-se a habilidade de pagar, de saldar os compromissos financeiros. Para Droms e Procianoy (2002), a capacidade de pagamento se refere à capacidade financeira da empresa ou do indivíduo solicitante de cumprir os requeridos prazos e valores de crédito solicitado. Mesmo as melhores intenções não podem compensar a falta de capacidade financeira O Capital é outra característica importante nesse processo e diz respeito a situação econômico-financeira, o estudo do patrimônio. A penúltima característica é o Colateral que refere-se as garantias, espécie de seguro adicional, essencial à concessão do crédito por minimizar o risco. São bens patrimoniais à disposição pelo solicitante para garantir o crédito. Por fim, o último indicador é Condições esse está relacionado com fatores externos que podem de alguma forma prejudicar a capacidade do cliente honrar seus compromissos.

Para Schrickel (2000) os dois primeiros pontos, o caráter e a capacidade, são os mais relevantes, pois os outros prestam-se a complementar os primeiros. O processo de análise de crédito deve ser observado em conjunto e utiliza-se de diferentes meios para avaliar o histórico do cliente e a melhor forma de pagar a dívida. Assim a análise de crédito é um instrumento valioso no processo de concessão de crédito.

2.5 COMPORTAMENTO ECONÔMICO

O comportamento econômico dos indivíduos é estudado pela chamada Psicologia Econômica. Para Ferreira (2008, p. 39) "a Psicologia Econômica pretende estudar o comportamento econômico dos indivíduos, grupos, populações, no sentido de compreender como a economia influencia o indivíduo e, por sua vez, como o indivíduo influencia a economia".

Segundo Oliveira et al (2005, p. 04):

> O homem das finanças comportamentais não é totalmente racional; é um homem simplesmente normal. Essa normalidade implica um homem que age, frequentemente, de maneira irracional, que tem suas decisões influenciadas por emoções e erros cognitivos, fazendo com que ele entenda um mesmo problema de formas diferentes, dependendo da maneira como é analisado.

Dentro de uma abordagem ligada ao comportamental, tem-se visto que as decisões econômicas perpassam pelas diversas situações que os seres humanos estão vivenciando, portanto, torna-se relevante o entendimento do ser humano em relação a tomada de decisão econômica.

2.5.1 Poupança

Diversos modelos foram estudados em relação ao comportamento dos indivíduos em relação à poupança, porém quando se leva em consideração uma abordagem psicológica da poupança, o elemento incerteza ocupa um lugar decisivo. Ferreira (2008, p. 237) enfatiza que "desconhecer eventos futuros e, em particular, seus reflexos sobre o indivíduo, coloca em evidência os riscos financeiros que podem vir associados a eles". Assim, muitos indivíduos recorrem ao planejamento financeiro que inclui a poupança, pensando não apenas no presente, mas também no futuro que encerra muitas incertezas.

Uma decisão bastante difícil a ser tomada é a questão de abrir mão de satisfazer um impulso para gastar já, ou adiar essa satisfação, em favor de uma gratificação futura maior. Nesse caso, verifica-se a dificuldade em conciliar interesses de curto e longo prazos. Para Ferreira (2008) as variáveis centrais para o consumo são a preferência em relação ao fator temporal. O grau de paciência e autocontrole em relação a postergação de eventos prazerosos fazem com que os indivíduos mantenham seus planos e metas de longo prazo.

2.5.2 Crédito e Endividamento

O crédito pode ser um instrumento chave para promover o bem estar econômico e social, permitindo que os indivíduos planejem o futuro e protejam suas famílias de eventos inesperados. Entretanto, ao mesmo tempo, o crédito parece ser uma preocupação de consciência pública, podendo ser visto de forma negativa, incentivando as pessoas a viver além de seus ganhos e a comprar bens luxuosos, eis que surge o endividamento. O crédito e a dívida envolvem o pagamento de bens e serviços mediante um determinado tempo.

Para Ferreira (2008) quem não tem dívidas atribui esse comportamento a uma fraqueza de caráter e à má administração do dinheiro, no entanto, quem tem dívidas tende a explicá-las em termos das circunstâncias externas. De maneira geral quem tem dívida tende a desaprovar menos o endividamento em relação aos que não estão na mesma situação.

No mundo consumista, de crédito bastante facilitado e abundância de produtos o consumismo torna-se um problema atual. Para Denegri (2007 *apud* Fernandes, 2009), o consumo generalizado ou consumismo tem dado origem a novos acontecimentos em termos de análise econômica, social e psicológico. Os novos formatos que o dinheiro tem adquirido permitiu uma mudança acentuada nos padrões de consumo, gerando um novo problema social: a enorme dívida.

Endividar-se de maneira genérica é o contrário de poupar. As razões para o endividamento às perpassam por problemas de natureza econômica, muitas vezes são famílias por exemplo, que estão em condições complicadas ou problemas de saúde, são questões que vão além da racionalidade. Ferreira (2008) enumera alguns fatores no que diz respeito à probabilidade de que o endividamento se instale, entre eles estão: a aceitação social (quando a dívida deixa de ser encarada como um problema grave), a socialização econômica (a maneira como o assunto é tratado na família), comparação social (influência de outras pessoas), estilo de administração financeira (maneira de alocar recursos econômicos), comportamento de consumo (diferença entre o que é considerado luxo para alguns, relação entre a necessidade e o desejo), além do horizonte temporal individual (capacidade de adiar o consumo).

Apesar de todos esses fatores, não se pode deixar de considerar a qualidade da administração do dinheiro como sendo o fator mais importante, até mesmo do que a renda em alguns casos. Um ponto importante é sem dúvida a orientação e conscientização da população a cerca do endividamento e crédito.

2.5.3 Decisões de Financiamento

Segundo Gomes L.; Gomes C.; Almeida (2006), o conceito do vocábulo decisão é constituído por "de" (que vem do latim e significa parar, extrair, interromper) que se antepõe à palavra "cisão" (do latim caedere que significa cindir, cortar). Sendo assim, decisão significa literalmente "parar de cortar" ou "deixar fluir". Andrade (2009) expõe que uma decisão é o resultado de um processo que se desenvolve a partir do instante em que o problema foi detectado. Notadamente, decisões sejam elas econômicas ou não fazem parte do cotidiano das pessoas.

As decisões de financiamento no contexto comportamental incluem fatores como o amor, o egoísmo e a troca. Conforme dito por Ferreira (2008) as decisões de financiamento podem ser descritas segundo quatro elementos: o caráter único ou frequência de repetição de uma decisão (relacionado ao modo automático, na medida em que, repetimos muitas vezes essa decisão torna-se automática), os custos envolvidos (geralmente quando o custo é maior, bens mais relevantes, a ponderação também tende a ser maior), significado simbólico das alternativas da decisão dentro da sociedade em geral (relacionado principalmente ao conflito de valores) e o efeito da decisão sobre um ou todos os membros do domicílio (como serão atribuídos as vantagens e os custos).

As decisões são tomadas levando em consideração não somente a racionalidade do problema, mas também a natureza a qual o indivíduo está inserido. Outro fator que influencia no processo de decisão de financiamento é a emoção e as consequências para o indivíduo e seu grupo familiar.

2.5.4 Socialização Econômica

Conceitos sobre dinheiro, banco, investimento, poupança, preço e lucro começam a ser aprendido na infância, sendo melhor compreendidos na adolescência. Como consequência na fase adulta espera-se que o indivíduo compreenda não apenas o conceito, mas também que eles estão inter-relacionados em um sistema, fazendo parte do mundo econômico. Segundo Ferreira (2008) a socialização econômica das crianças é a maneira com que elas são introduzidas no mundo econômico e como elas o absorvem.

Estudos sobre a compreensão infantil, no que se refere aos conceitos econômicos, foram realizados visando elucidar os estágios que circundam essa compreensão. De acordo com Berti e Bombi (1988, *apud* Ferreira, 2008) há cinco níveis de compreensão além do zero (ausência de conhecimento): estágio 1 – as crianças compreendem que o dinheiro é utilizado

quando se compra algo, porém não distinguem entre diferentes moedas e cédulas; estágio 2 – consegue identificar a existência de diferentes tipos de dinheiro, porém de forma vaga; estágio 3 – percebem que o dinheiro não é suficiente, introdução de critérios quantitativos; estágio 4 – noção de que para comprar algo necessariamente é preciso ter dinheiro exato; estágio 5 – as crianças entendem o significado do troco como sendo a compensa.

Os estudos chamaram a atenção para a emergência das primeiras ideias econômicas, com crianças ainda muito pequenas. Observa-se que as crianças começam a ter noções de dinheiro de alguma forma associado à compra a partir do estágio inicial. A existência de estágios torna-se importante no processo de progressão do desenvolvimento cognitivo, assim, é importante que as crianças percorram os estágios até atingir a compreensão adulta dos conceitos econômicos.

3 METODOLOGIA

A metodologia é uma ferramenta de suma importância para elaboração de trabalhos científicos, destaca-se como "[...] estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência" (DEMO, 1995, P.11).

Severino (2000, p.18) define Metodologia como

> [...] um instrumento extremamente útil e seguro para a geração de uma postura amadurecida frente aos problemas científicos, políticos e filosóficos que nossa educação universitária enfrenta. [...] São instrumentos operacionais, sejam eles técnicos ou lógicos, mediante os quais os estudantes podem conseguir maior aprofundamento na ciência, nas artes ou na filosofia, o que, afinal, é o objetivo intrínseco do ensino e da aprendizagem universitária.

Diante do exposto, esta ferramenta é de real importância para explanação deste trabalho, uma vez que o método representa a forma de pensar para se chegar à natureza de um determinado problema, quer seja para estuda-lo, quer seja para explicá-lo.

Para o alcance dos objetivos propostos pelo trabalho utilizou-se a metodologia a seguir.

3.1 TIPO DE PESQUISA

O presente trabalho tem como objetivo analisar o mercado de crédito do ponto de vista da alavancagem financeira visando desmistificar os conceitos e importância para economia do país, além de discutir o comportamento e consequências pós-crédito, através de um estudo do tipo bibliográfico, descritivo, qualitativo e documental.

A pesquisa bibliográfica foi utilizada para a obtenção dos dados e informações. Para Vergara, (1998, p. 46) "[...] é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é material acessível ao público geral". Segundo Gil (2007, p. 45) "A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente." permitindo unir diversos estudos e teorias de forma crítico-analítico e fundamentada em bases cientificas confiáveis.

Utiliza-se também uma pesquisa descritiva, que para Gil (2007, p.43) "tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis". Nesse caso, pretende-se ao final ter uma maior familiaridade sobre o assunto.

3.2 COLETA DE DADOS

A coleta de dados ocorreu através de documentos oficiais, de banco de dados oficiais, no tocante do Banco Central e do FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos).

3.3 TRATAMENTO DE DADOS

Inicialmente será realizada a análise do conteúdo, segundo Bardin, pode ser definida como:

> Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos descrição do conteúdo mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (Bardin, 1979, p.42).

Posteriormente far-se-á a tratamento de dados que se dará através de pesquisa documental utilizada na análise estatística descritiva no Excel. Os dados serão devidamente analisados e fundamentados nos conceitos e teorias apresentadas ao longo do trabalho, resultado da extensa pesquisa bibliográfica, descritiva e documental.

4 RESULTADOS

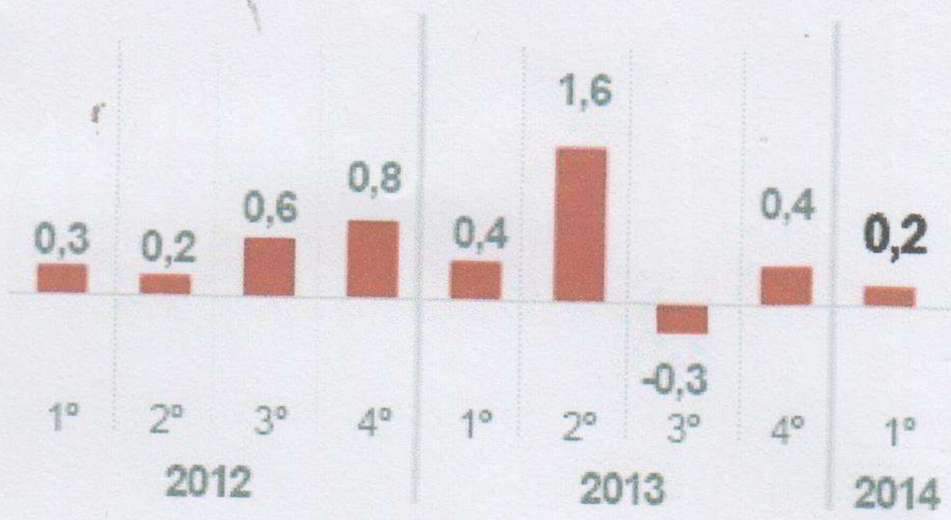
O mercado de crédito origina-se da captação de depósitos através de instituições financeiras, por meio de repasses de linhas de crédito oficiais ou externas, recursos próprios da organização com o objetivo de atender a demanda de crédito existente dos consumidores, pessoa física e pessoa jurídica (OLIVEIRA et al, 2005). O crescimento vertiginoso da demanda de crédito no Brasil vem trazendo diversas mudanças fazendo com que ocorra uma reengenharia nos sistemas de crédito e cobrança, aliada a um forte desenvolvimento tecnológico e diversificação do portfólio de produtos.

O crédito é um dos fatores que influencia diretamente no resultado do PIB (produto interno produto). Para Rossetti (2013, p. 594) "o Produto Interno Bruto, PIB, expressa o resultado final das atividades econômicas de produção realizadas dentro do território econômico do país, não incluída as transações intermediárias." Em resumo, pode-se dizer que é a agregação de fluxos internos do país, ou seja, mensura as atividades econômicas de um país. Em suma, o PIB mede o crescimento econômico do país.

O PIB pode ser calculado segundo três ângulos convencionais – o da produção, o da renda e o do dispêndio. Em relação ao ângulo da produção Rossetti (2013) afirma que a estimativa desse ângulo corresponde a diferença entre o valor bruto da produção e o valor de insumos adquiridos de outras empresas para reprocessamento. Dessa forma, o PIB nessa ótica representa as atividades produtivas que operam na economia para o esforço social de produção. Pelo ângulo da renda, leva-se em consideração os fatores produtivos distribuídos pelas empresas, ou seja, são as remunerações internas brutas pagas aos fatores de produção. Sob a ótica do dispêndio corresponde as despesas efetuadas pelos diversos agentes econômicos em bens e serviços para utilização final que compreende tanta as despesas internas quanto as despesas das empresas em investimentos.

Na Figura 1 pode-se verificar os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) referente a variação trimestral do PIB no período de 2012 ao primeiro trimestre de 2014.

Figura 01 - Variação Trimestral do PIB brasileiro – primeiro trimestre 2012 a primeiro trimestre 2014 – (%)



Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

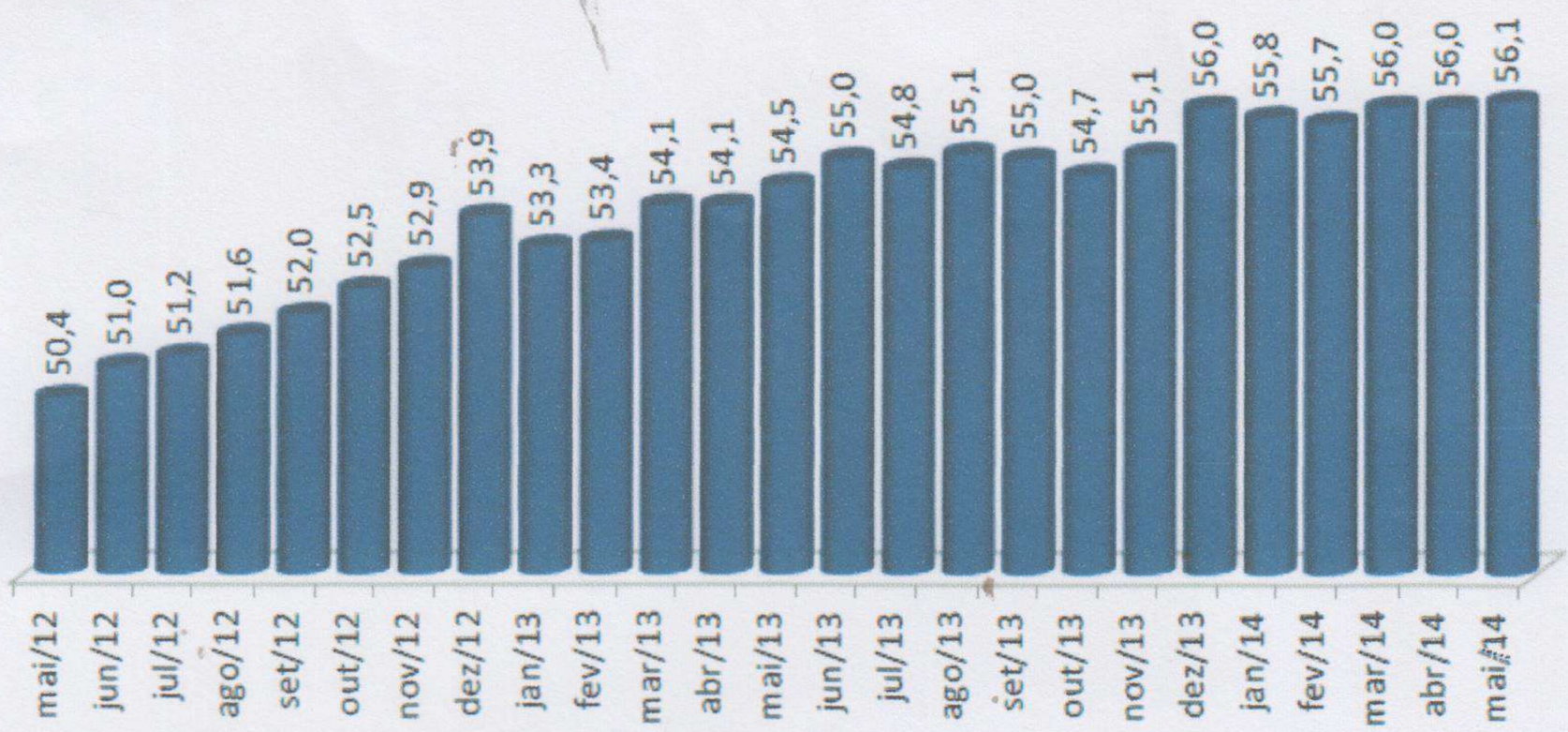
A economia brasileira começou o 1° semestre de 2014 com expansão moderada ao registrar avanço de 0,2% em relação aos três meses anteriores. Em relação aos valores correntes (em reais), a soma das riquezas produzidas no período chegou a R$ 1,204 trilhões.

Na comparação com o mesmo período do ano passado, o avanço do PIB foi menor diante os 0,4% que havia subido no primeiro trimestre de 2013. De acordo ainda com o IBGE, a despesa de consumo das famílias, que vinha puxando o crescimento da economia nos últimos anos, recuou 0,1% frente ao último trimestre do ano passado (a primeira queda desde o terceiro trimestre de 2011). Esse consumo das famílias representa mais de 60% do PIB e por este motivo tem relevante expressão. Uma das principais causas para o recuo do consumo das famílias é a diminuição do crédito e consequentemente aumento dos juros. Isso ocasiona a diminuição do crescimento econômico do país.

4.1 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO

Dados coletados na FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos) demonstra, através de gráfico, o percentual em relação a evolução do crédito total no PIB em comparação aos anos anteriores, conforme visualizado na Figura 2:

Figura 02 – Evolução do Crédito Total (% do PIB)- maio/12 a maio/14



Fonte: FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos

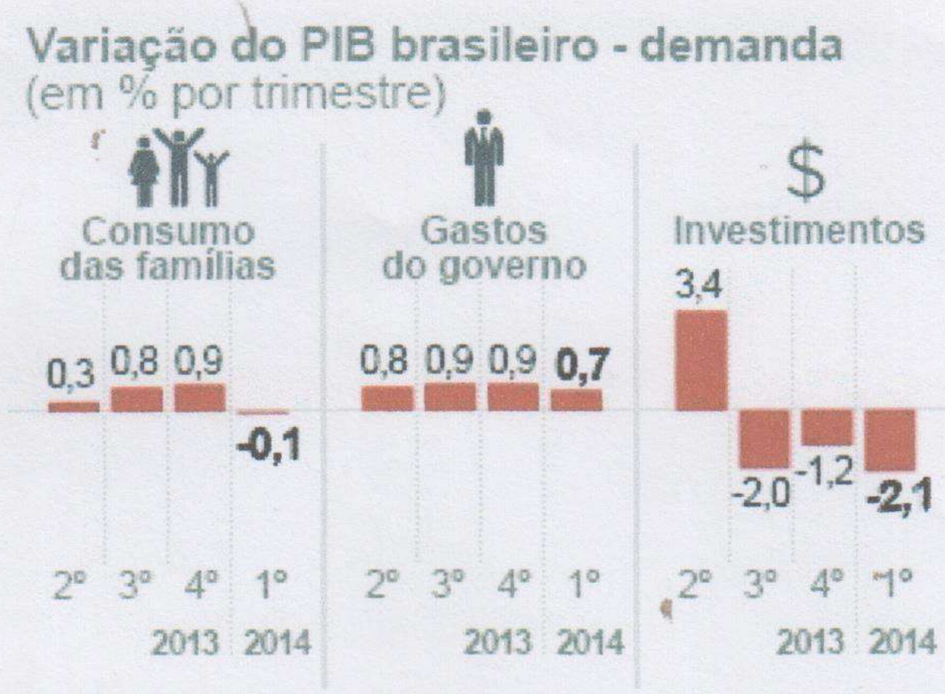
Observa-se que há uma a evolução do crédito total em relação ao percentual do PIB brasileiro na comparação de maio de 2013 para maio de 2014, houve um aumento de 1,6% na relação do crédito/PIB, ampliando o percentual de 54,4% para 56,1% a participação do crédito no PIB. É um resultado expressivo que demonstra a importância do crédito para economia do país. Pode-se verificar, ainda, que o percentual de 2012 foi o mais baixo entre os períodos estudados com apenas 50,4% e isso demonstra um crescimento progressivo da influência do crédito no PIB nos anos posteriores.

A Taxa Selic (taxa básica de juros) nos últimos meses vem aumentando gradativamente o que faz o consumidor ficar mais cauteloso no momento da compra e diminui a relação de consumo das empresas e famílias. Dados do Banco Central aponta que a taxa Selic em outubro de 2012 era de 7,25% e veio crescendo progressivamente até chegar em maio/2014 a 11% ao ano.

Outro aspecto a ser considerado, é a queda nos investimentos que conforme visto anteriormente tem como uma das principais influências a oferta de crédito. Para Santos (2000) a oferta de crédito por parte das empresas deve ser vista como um importante recurso estratégico para alcançar a meta principal da administração financeira, ou seja, atender as necessidades de todos os supridores de capital e agregar valor ao patrimônio dos acionistas. Por este motivo a taxa de juros se torna um fator a ser considerado na análise do crédito tanto para as empresas quanto para pessoa física.

Observando detalhadamente a figura abaixo podemos visualizar a crescente queda nos investimentos bem como no consumo das famílias e nos gastos do governo.

Figura 03 -Variação do PIB brasileiro – demanda (% por trimestre) – 2013 a 1° trimestre 2014



Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

A formação bruta de capital fixo, que representa os investimentos, sofreu queda de 2,1% em relação ao trimestre anterior. Segundo o IBGE, três fatores fizeram com que o investimento caísse no primeiro trimestre de 2014: a redução das importações de bens de capital, a queda da produção interna de bens de capital e também da construção civil, especialmente na parte da infraestrutura (obras como as de construção de rodovias e geração de energia).

Deve-se levar em consideração também as operações de crédito, uma vez que, torna-se uma opção cada vez mais explorada na economia. As operações de crédito podem ser divididas de acordo com a natureza dos recursos que utiliza: recursos direcionados ou recursos livres. A definição desses recursos pode ser vista através de Jacob (2003, p. 48):

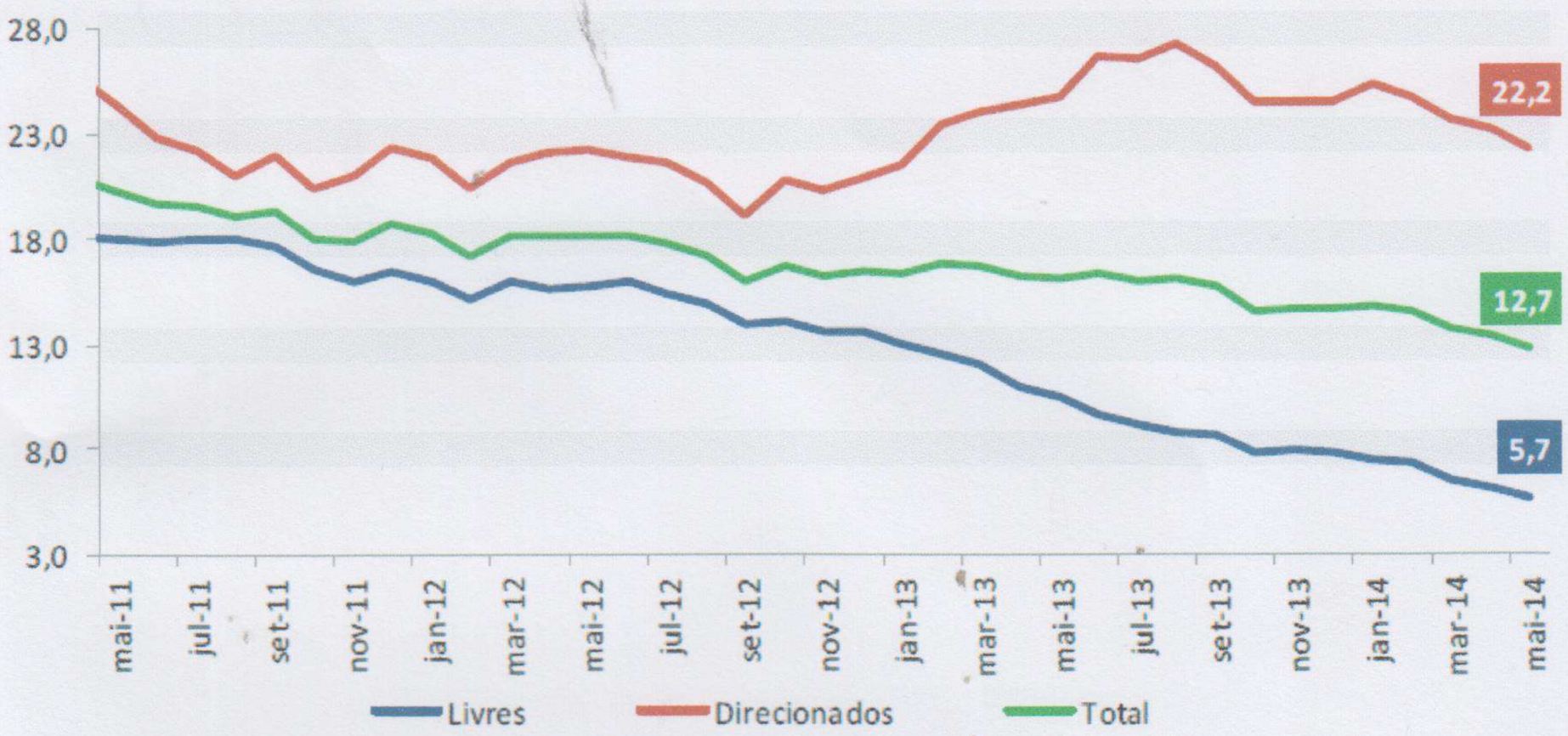
> As operações de crédito são classificadas em Recursos Direcionados e Recursos Livres. O primeiro Grupo representa as operações realizadas com taxas estabelecidas em programas ou repasses governamentais, geralmente destinadas aos setores rural, habitacional e infraestrutura. O segundo refere-se às operações pactuadas na circular nº 2.957/1999 do BCB[1] e formalizadas com taxas de juros pactuadas entre o contratado e o contratante, excluindo-se quaisquer operações lastreadas em depósitos compulsórios ou governamentais.

O saldo das operações de crédito do sistema financeiro, incluindo recursos livres e direcionados, alcançou R$ 2.804,5 bilhões em maio de 2014, após crescimento de 0,9% no mês em comparação a abril que foi de R$ 2.778,3 bilhões. Em relação ao crescimento total existente em dozes meses esse valor chega a 12,7% de aumento conforme pode ser verificado na figura abaixo:

---

[1] BCB – Banco Central do Brasil

Figura 04 – Evolução do saldo das operações de crédito – Variação em 12 meses (%)



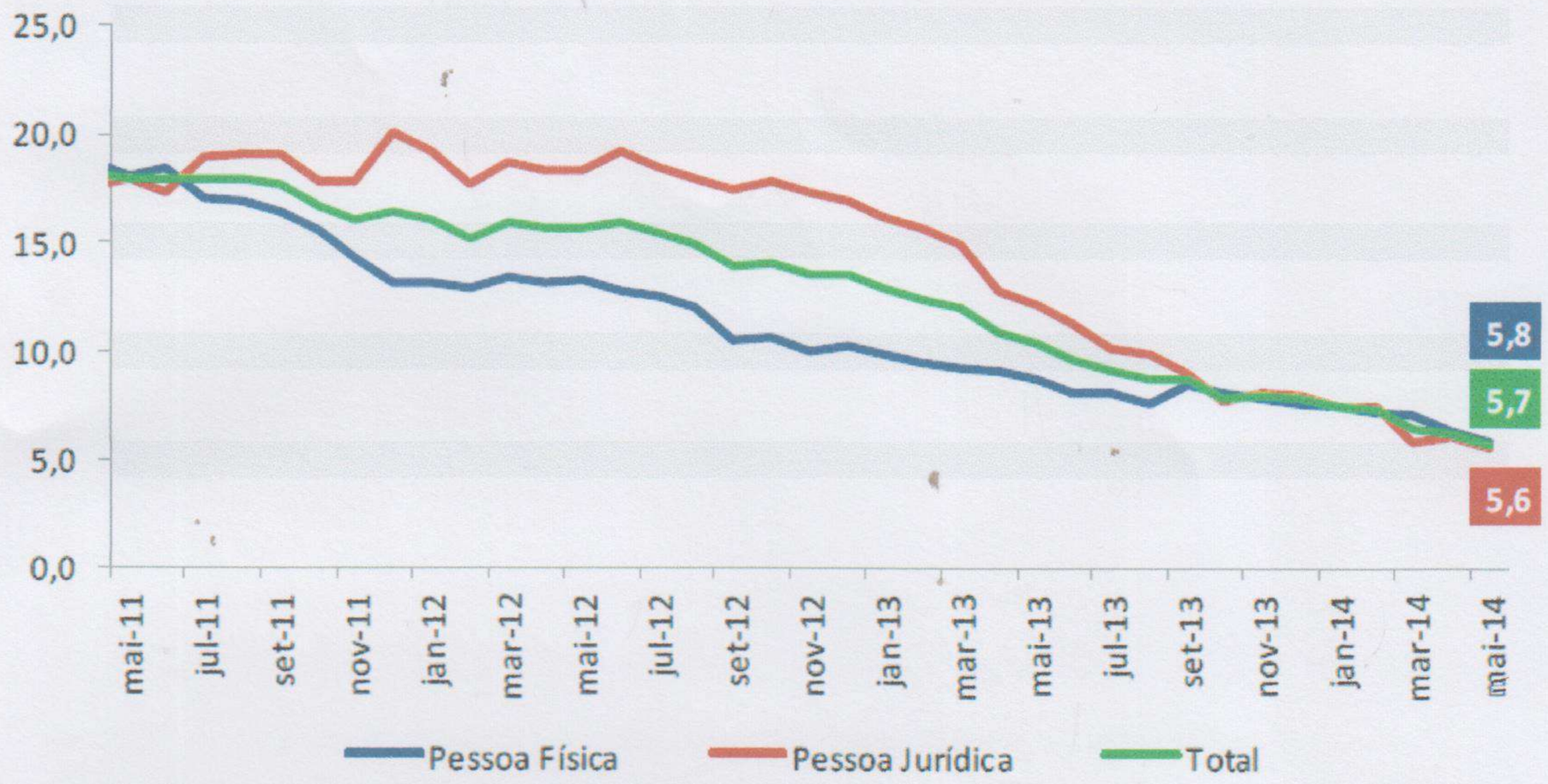
Fonte: FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos

A evolução do crédito em maio 2014 resultou de comportamentos distintos entre as operações com recursos direcionados e recursos livres. A carteira com recursos direcionados manteve desempenho expressivo porém com pequena queda, segundo o Banco Central, esse valor é impulsionado principalmente pelo crédito imobiliário destinado a famílias. O segmento livre, por sua vez, registrou contração em maio, o que ainda, segundo Banco Central foi um reflexo de menor contratação sazonal pelas empresas e da contenção na demanda de crédito das famílias.

As operações com recursos livres no mês de maio/2014, representou 54% do estoque de crédito (2.804,5 bilhões), totalizaram R$ 1.513,7 bilhões, com crescimento mensal de 0,64% já que as operações no mês de abril foram de R$ 1.504,0 e aumento de 5,75% em doze meses ante aos R$ 1.431,7 bilhões de operações de maio de 2013. No período de março de 2014 em relação a maio 2014 houve um pequeno declínio de 0,4%.

Analisando os percentuais na evolução do saldo das operações de crédito com recursos livres, pode-se notar um certo equilíbrio, acumulado em 12 meses, na participação de pessoa física e jurídica em relação a essas operações. Na Figura 5 visualiza-se essa relação:

Figura 05 – Evolução do saldo das operações de crédito com Recursos Livres – Variação em 12 meses (%)

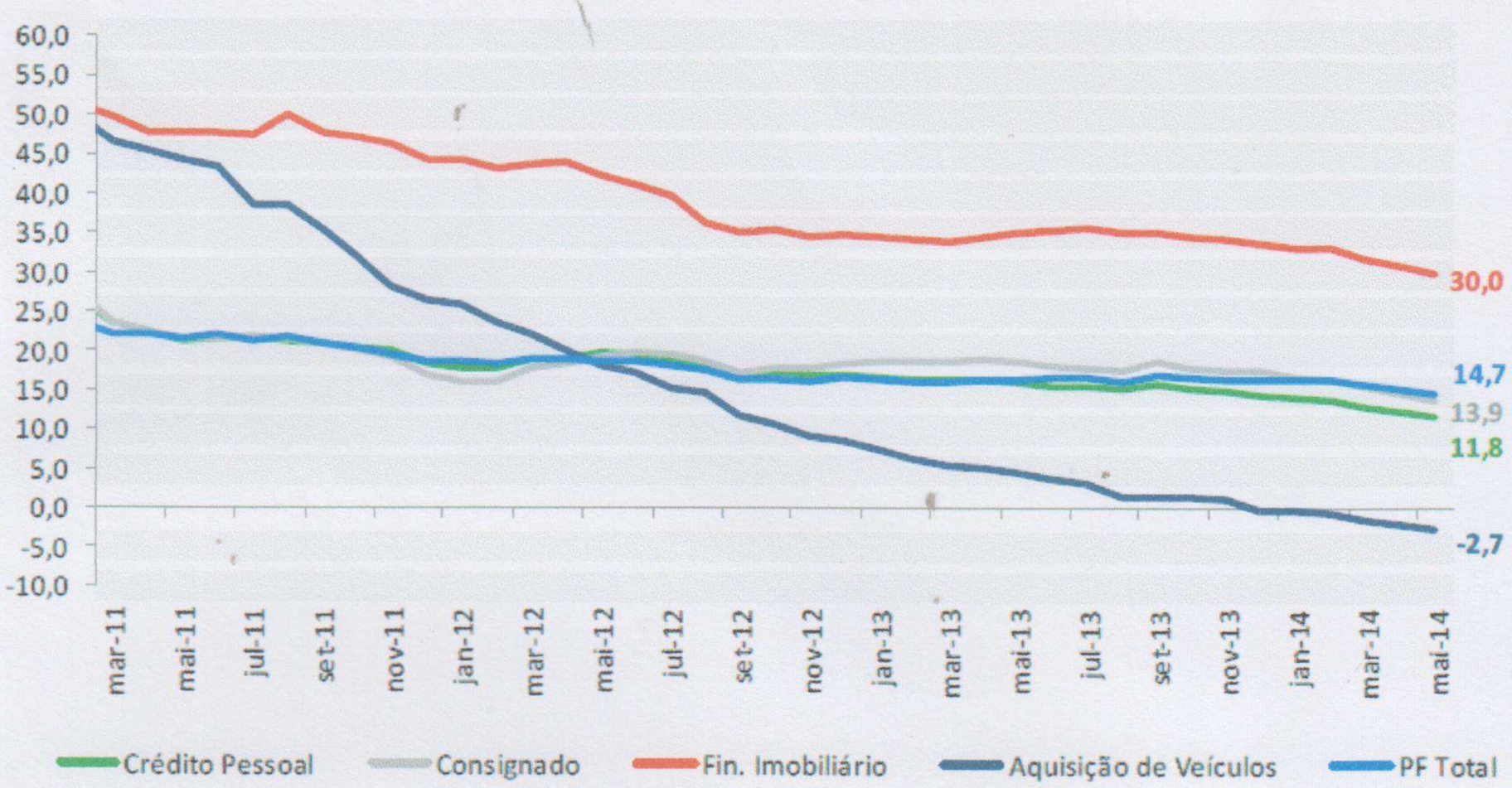


Fonte: FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos

Verifica-se que em relação a anos anteriores ocorreu uma tendência recente de desaceleração do crédito tanto para pessoa física quanto para pessoa jurídica. Enquanto em maio de 2011, os empréstimos pessoa física e pessoa jurídica se expandiram a uma taxa anual de quase 20%, em termos reais, o ritmo caiu para 5,7%, em maio de 2014.

Com relação a evolução das operações de crédito pessoa física, na variação de 12 meses (%) verificar-se de forma detalhada o comportamento das modalidades, conforme visto na Figura 6. O financiamento imobiliário destaca-se em relação as outras modalidades, porém apresentou um pequeno declínio em relação aos anos anteriores. Já o crédito pessoal e consignado apresentou relativa estabilidade com participação de 11,8% e 13,9% respectivamente. A modalidade aquisição de veículos obteve a maior redução com desaceleração de 2,7% em relação aos meses anteriores. Essa desaceleração pode ser explicada segundo Banco Central (2014) pela dificuldade de conseguir crédito e altas taxas de juros praticas. As instituições financeiras adotam critérios mais restritivos para combater a inadimplência, que passou a recuar. Outro fator é houve um ritmo de crescimento no setor automobilístico muito grande nos últimos anos e consequentemente muitas pessoas adquiriram um veículo e por ser um bem durável, provavelmente demorará para adquirir de um outro.

Figura 06 – Evolução das Operações de Crédito Pessoa Física –Variação em 12 meses (%) - Modalidades selecionadas



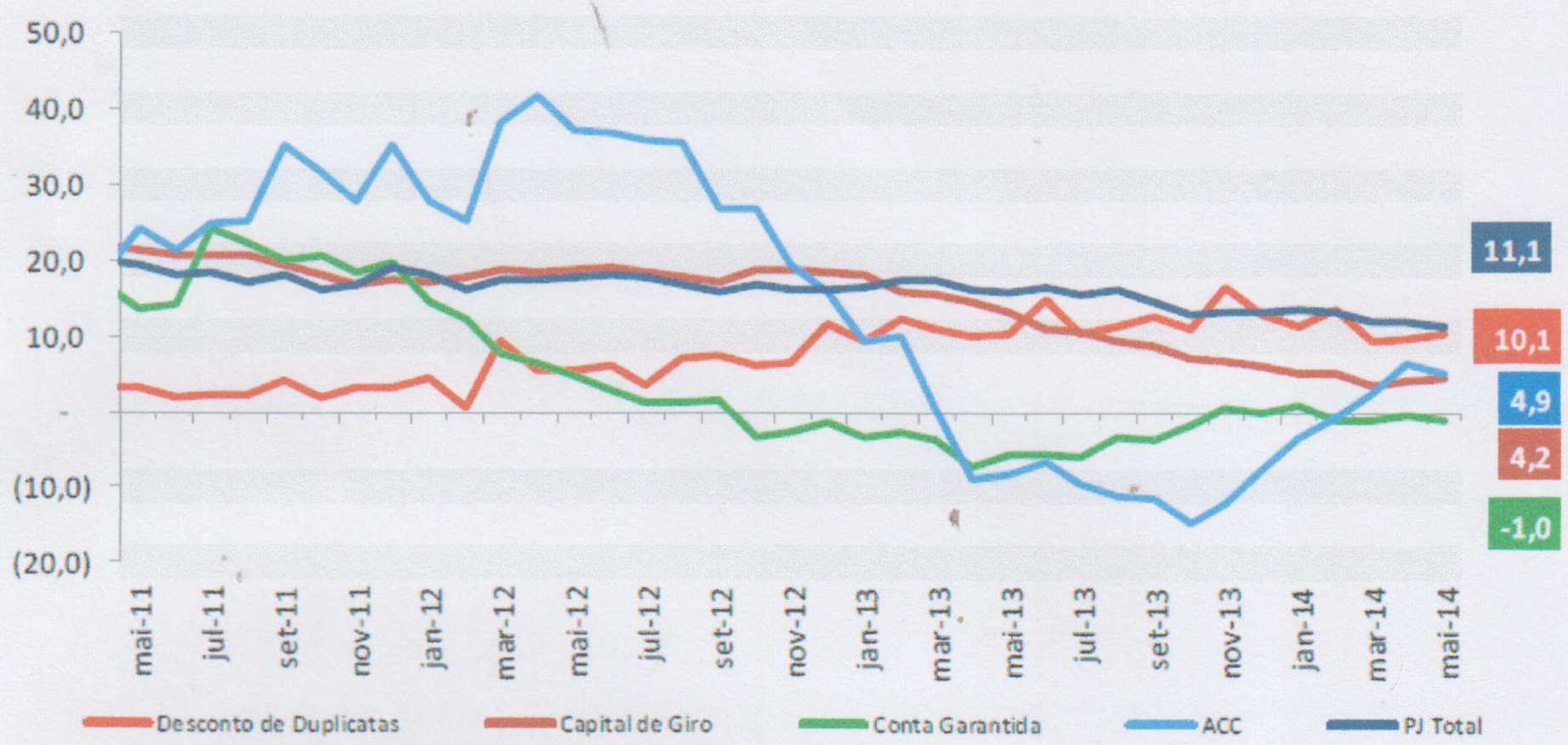
Fonte: FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos

Os empréstimos realizados pelas empresas, muitas vezes, fazem-se necessário para a alavancagem financeira. Para Assaf Neto (2009, p. 161): "a alavancagem financeira favorável pode às vezes ser mal interpretada e levar à conclusão de que compensa simplesmente tomar a dívida." Por este motivo, antes de uma decisão da tomada do crédito se faz necessário a análise geral dos prós e contras a cerca dessa decisão. Não vale a pena utilizar o crédito se esse não maximizar a riqueza a empresa.

As empresas além de tomarem o crédito também concede crédito aos clientes e para isso deve-se tem uma política de crédito consistente. Para Braga "As empresas concedem crédito para ampliar seu nível de operações, obter ganhos de escala, absorver melhor os custos fixos e, assim, maximizar a rentabilidade." (Braga, 1995, p.113). Nesse contexto, a recíproca também é verdadeira, a empresa toma o crédito também com o intuito de obter ganhos, ampliar seu nível de operações ou simplesmente obter vantagens percebidas para maximização da riqueza.

Na figura a seguir, ver-se a evolução das operações de crédito pessoa jurídica – variação de 12 meses (%) – modalidades selecionadas.

Figura 07 – Evolução das Operações de Crédito Pessoa Jurídica – Variação em 12 meses (%)
Modalidades selecionadas



Fonte: FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos

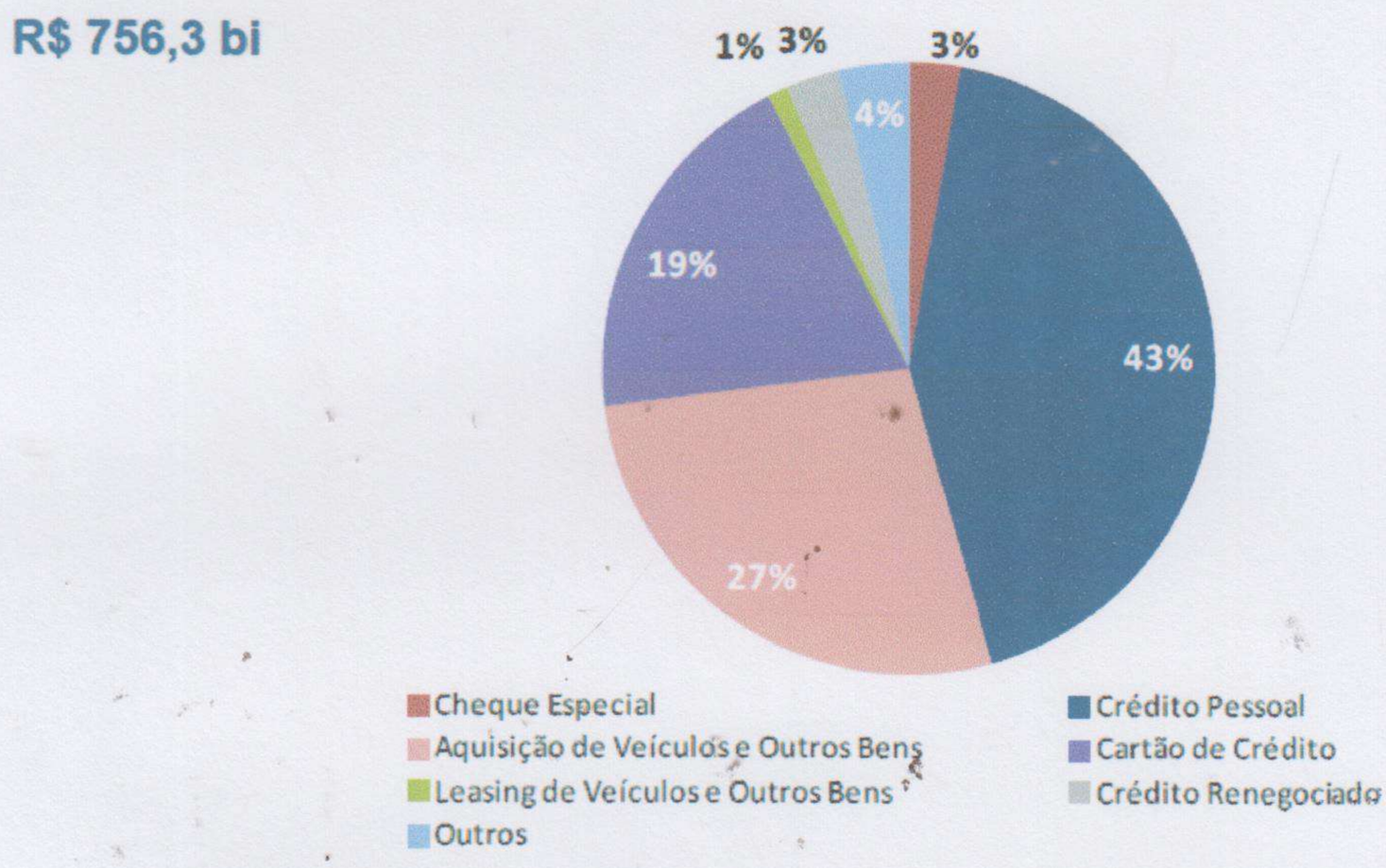
A modalidade que obteve maior destaque, em maio com 10,1 % foi o desconto de duplicatas que é uma linha de crédito que oferece liquidez imediata nas vendas feitas a prazo pela empresa com juros prefixados. Um dos motivos pelo qual essa modalidade vem se descantando desde janeiro/2013 pode ser o fato da conveniência, agilidade e tranquilidade dessa linha. Além disso, Silva (2000) afirma que mesmo a garantia não sendo a fonte primaria de pagamento ela tem grande influência na definição do tipo de crédito, como o prazo de pagamento e limites de crédito. As garantias também estão ligadas a liquidez, quanto mais rápido elas se transformarem em dinheiro por um valor justo mais esta garantia irá valer para o credor e por este motivo o desconto de duplicata está ganhando tanto espaço.

A terceira linha mais utilizada em maio/2014 foi a do capital de giro, com 4,9%, que está diretamente associada às fontes, as quais a empresa necessita para financiar seu crescimento. Segundo Schrickel (2000) capital de giro é o montante ou conjunto de recursos que não está imobilizado. Estes recursos estão em constante movimentação no dia-a-dia da empresa. Nesse contexto, o capital de giro tem como finalidade saciar a empresa de recursos financeiros necessários para realização de suas operações. Representa o valor fatal e dos recursos demandados pela empresa, para financiar o seu ciclo de operações.

4.2 PESSOA FÍSICA – CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES

Nesse item é analisado o crédito às pessoas físicas, direcionado aos recursos livres. Contudo, a divisão do segmento leva em consideração a modalidade de crédito do tomador, mais especificamente o crédito voltado para consumo. Essas operações abrangem: cheque especial, crédito pessoal, aquisição de veículos e outros bens, cartão de crédito, leasing de veículos e outros bens, crédito renegociado e outros. Na figura abaixo observa-se a participação de cada modalidade.

Figura 08 – Participação por modalidade. Pessoa Física (%) – Com recursos livres – Maio 2014



Fonte: FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos

Em maio de 2014, o volume de crédito no Brasil com recursos livres pessoa física atingiu R$ 756,3 bilhões (incluindo aquisição de veículos, crédito pessoal, cartão de crédito, leasing de veículos, crédito renegociado e cheque especial). Segundo o Banco Central do Brasil em nota para a imprensa de Política Monetária e Operações de Crédito cheque especial é "a operação rotativo, caracterizada pela definição de limite de crédito para utilização pelo tomador em situações não programadas e de curto prazo, mediante a simples movimentação da conta corrente, sem necessidade de comunicação prévia à instituição financeira". Os valores depositados na conta corrente amortizam automaticamente eventuais saldos devedores. No mês de maio/2014 as operações com cheque especial representaram cerca 3%

dos recursos livres pessoas físicas. Essa participação é pequena em relação as outras modalidades principalmente pelo aumento da taxa de juros praticada pelos bancos no mês de maio.

Pesquisa realizada em maio/2014 pelo Procon de São Paulo, aponta que a taxa de juros dos bancos pesquisados (Bando do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, HSBC, Itaú, Safra e Santander) foi de 5,54% a.m., superior a do mês anterior, que foi de 5,46% a.m., isso representou um acréscimo de 0,08 ponto percentual.

O crédito pessoal teve uma participação de 43%, a maior entre as modalidades. Esse crédito consiste em empréstimos pessoais não vinculadas à aquisição de bens e inclui o crédito consignado e não consignado. Esse percentual corresponde em valores reais a R$ 325,21 bilhões. Esse tipo de crédito tem juros pré-fixados, isto é, incluídos no valor da parcela e ao ser comparada com as taxas de cartão de crédito por exemplo, são bem mais baixas.

Em segundo lugar, verifica-se a aquisição de veículos e outros bens com uma participação de 27% do total do volume de crédito com recursos livres.

Já o cartão de crédito para Santos (2000) consiste na modalidade de crédito que permite aos clientes a realização de saques e compras de bens e serviços, até o limite de crédito concedido. Essa modalidade teve uma participação de 19%. Segundo estudos da ABECS (Associação Brasileira de Empresas de cartão de Crédito e Serviços):

> As classes de renda mais baixa puxam o crescimento dos cartões de crédito e débito, pois são classes que começaram a se bancarizar nos últimos anos e obtém o conhecimento e o acesso a formas de pagamento mais modernas, que tornam possível a compra antecipada de bens necessários, como alimentos e vestuário.

Outros fatores levados em consideração para uma participação do cartão de crédito são as vantagens na utilização deste, tais como a conveniência frente ao dinheiro, a segurança, utilização quando não se tem o dinheiro no momento, prazo de até 40 dias para pagar, poder de compra e parcelamento, acesso imediato do crédito sem precisar de fiador nem de garantias.

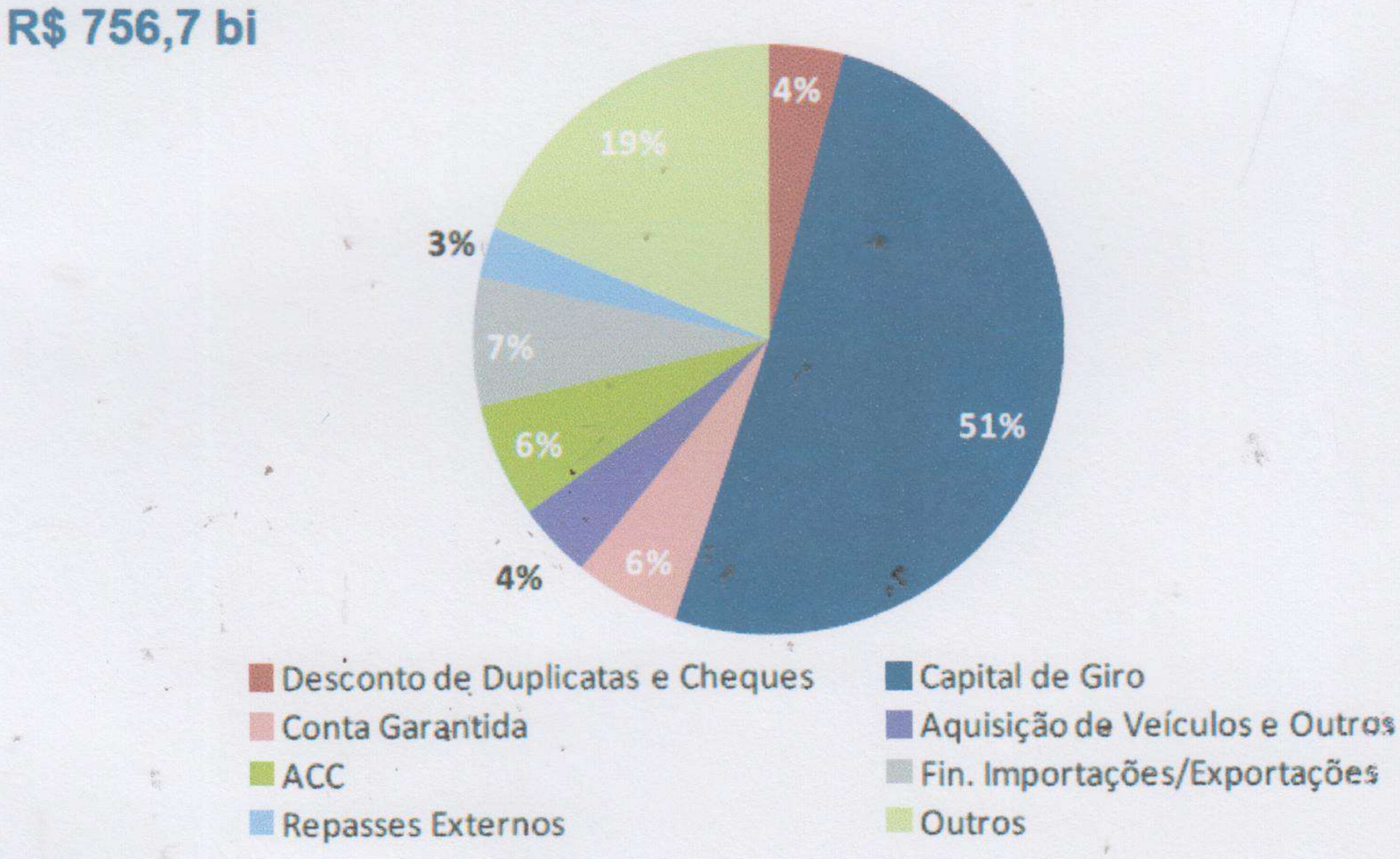
Outra modalidade apresentada na pesquisa é o leasing que segundo Santos (2000), trata-se de uma operação de arrendamento ou aluguel de veículos de passeio às pessoas físicas. Ao final do contrato o cliente pode optar por comprar o bem pelo valor residual, apresentar interessados na compra do bem pelo valor residual ou devolver o bem à arrendadora. Essa modalidade em maio/2014 obteve o menor índice, com participação de 1%.

4.3 PESSOA JURÍDICA – CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES

As linhas de crédito disponíveis as pessoas jurídicas são direcionadas basicamente ao financiamento de capital de giro e de investimentos. Para Santos (2000) as necessidades de capital de giro correspondem aos gastos operacionais para financiar a produção. Já os de investimentos aos gastos com imobilizações.

O crédito em uma empresa deve ser utilizado como uma ferramenta que agregue valor. Para Silva (2000, p. 45) "dentro de uma concepção mais abrangente, o crédito deve ser visto como parte integrante do próprio negócio da empresa." Na figura abaixo verifica-se dentro das linhas de crédito existentes as mais utilizadas pelas empresas.

Figura 09 – Participação por modalidade. Pessoa Jurídica (%) – Com recursos livres Maio/2014



Fonte: FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos

Observa-se que o volume de crédito no Brasil com recursos livres pessoa jurídica atingiu R$ 756,7 bilhões (incluindo descontos de duplicatas e cheques, capital de giro, conta garantida, aquisição de veículos e outros; ACC – adiantamento sobre contrato de câmbio, financiamento importações/exportações, repasses externos e outros). Desse total, 51% foi destinado ao capital de giro das empresas, ou seja, R$ 385,9 bilhões. Para Assaf Neto (2009) o capital de giro constitui, para diversos segmentos empresariais, no grupo patrimonial menos rentável.

> Os investimentos em capital de giro não geram diretamente unidades físicas de produção e venda, meta final do processo empresarial de obtenção de lucro. A manutenção de determinado volume de recursos aplicado no capital de giro visa, fundamentalmente, à sustentação da atividade operacional de uma empresa. (Assaf Neto, 2009, p. 519).

Por ser necessário para a manutenção da empresa o capital de giro influencia diretamente a liquidez da empresa e portanto, sua rentabilidade. Por este motivo, o percentual tão elevado sobre as outras modalidades de crédito pessoa jurídica.

O financiamento de exportação e importação obteve uma participação de 7% e refere-se, segundo Santos (2000) a linha de crédito na qual o banco avaliza um importador ou exportador nas transações. A modalidade conta garantida que são contratos de abertura de crédito rotativo para empresas, semelhante ao cheque especial, bem como ACC (adiantamento de contratos de câmbio) que compreende a antecipação do recurso em moeda nacional (R$) ao exportador, com vistas a uma exportação no futuro obtiveram 6% de participação, sendo o quarto financiamento mais utilizado e em valores reais chegou a movimentar cerca de R$ 45,40 bilhões.

4.4 ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA

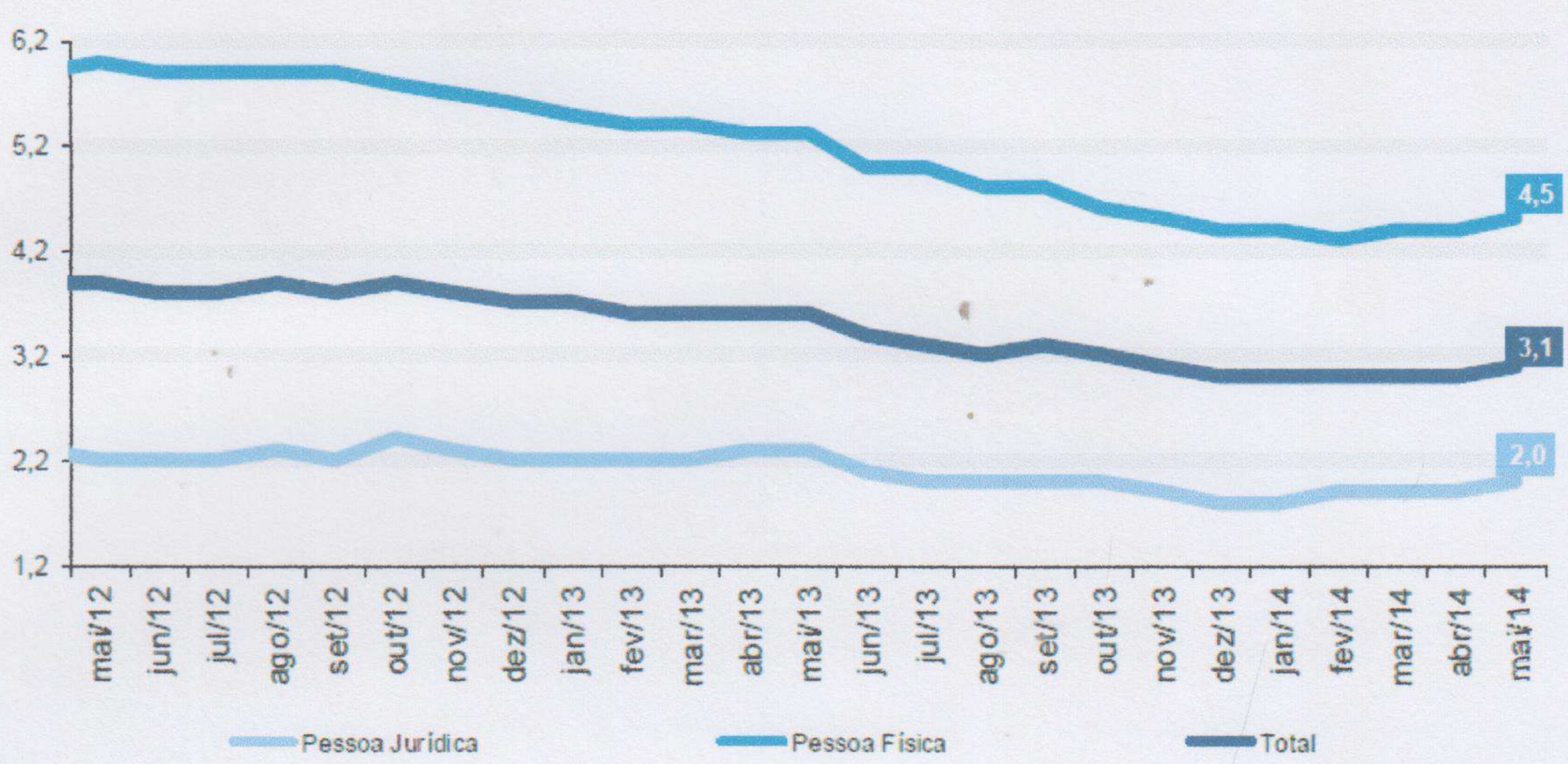
A taxa de juros das operações de crédito do sistema financeiro nacional atingiu 21,4% a.a. no mês de maio havendo um aumento trimestral de 0,4 pontos percentuais em relação a fevereiro do mês ano quando a taxa foi de 21%. Já em maio de 2013 taxa média de juros nas operações de crédito ficou em torno de 18,1% a.a. o que representou um aumento de 3,3 pontos percentuais no mês de maio/2014 em relação a maio/2013.

Para Pirolo (2003, p. 19) "os bancos fornecem crédito a pessoas físicas e jurídicas (agentes econômicos) que acreditam que vão honrar seus compromissos nos prazos estipulados." No entanto, o risco está presente em todas as operações de crédito. Schrickel (2000, p. 25) explica esse risco: "pelo fato de esta cessão patrimonial envolver expectativas quanto ao recebimento de volta da parte cedida, é imperativo reconhecer que a qualquer crédito está associada a noção de risco." Esse risco acaba sendo embutido no valor dos juros cobrados pela aquisição do crédito.

A inadimplência ocorre quando os valores emprestados não são devolvidos na data combinada. No sistema financeiro corresponde as operações com atrasos superiores a 90 dias. Para Silva (2000) os créditos inadimplidos são aqueles que apresentam dificuldades para

serem recebidos e consequentes perdas ao credor. Na figura 10 observa-se o percentual de inadimplência pessoa física e jurídica.

Figura 10 – Inadimplência – Pessoa Física, Jurídica e Geral (%) – maio/2012 a maio/2014



Fonte: FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos

O índice de inadimplência vem diminuindo consideravelmente desde maio de 2012, sobretudo em relação a pessoa física como pode ser visto na figura 10. Esse fator bastante relevante para a sustentabilidade e manutenção do mercado. O índice geral manteve-se na casa de 3,1% em maio em relação ao trimestre teve aumento de 0,1 ponto percentual e redução de 0,5 pontos percentuais em relação a maio de 2013.

O indicador situou-se em 4,5% no segmento de pessoas físicas (crescimento de 0,2 pontos percentuais no trimestre e recuo de 0,8 pontos percentuais em doze meses). Em relação ao endividamento das famílias que inclui atrasos com menos de 90 dias, de acordo com dados da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo) o cartão de crédito foi um dos principais tipos de dívidas com 75,3% das famílias endividadas, seguido dos carnês, para 16,8%, e, em terceiro lugar, por financiamento de carro, com 13, 5%. Abaixo figura 11 demonstra os valores mais detalhados.

Figura 11 – Tipo de Dívida entre famílias endividadas (% de famílias) - maio/2014

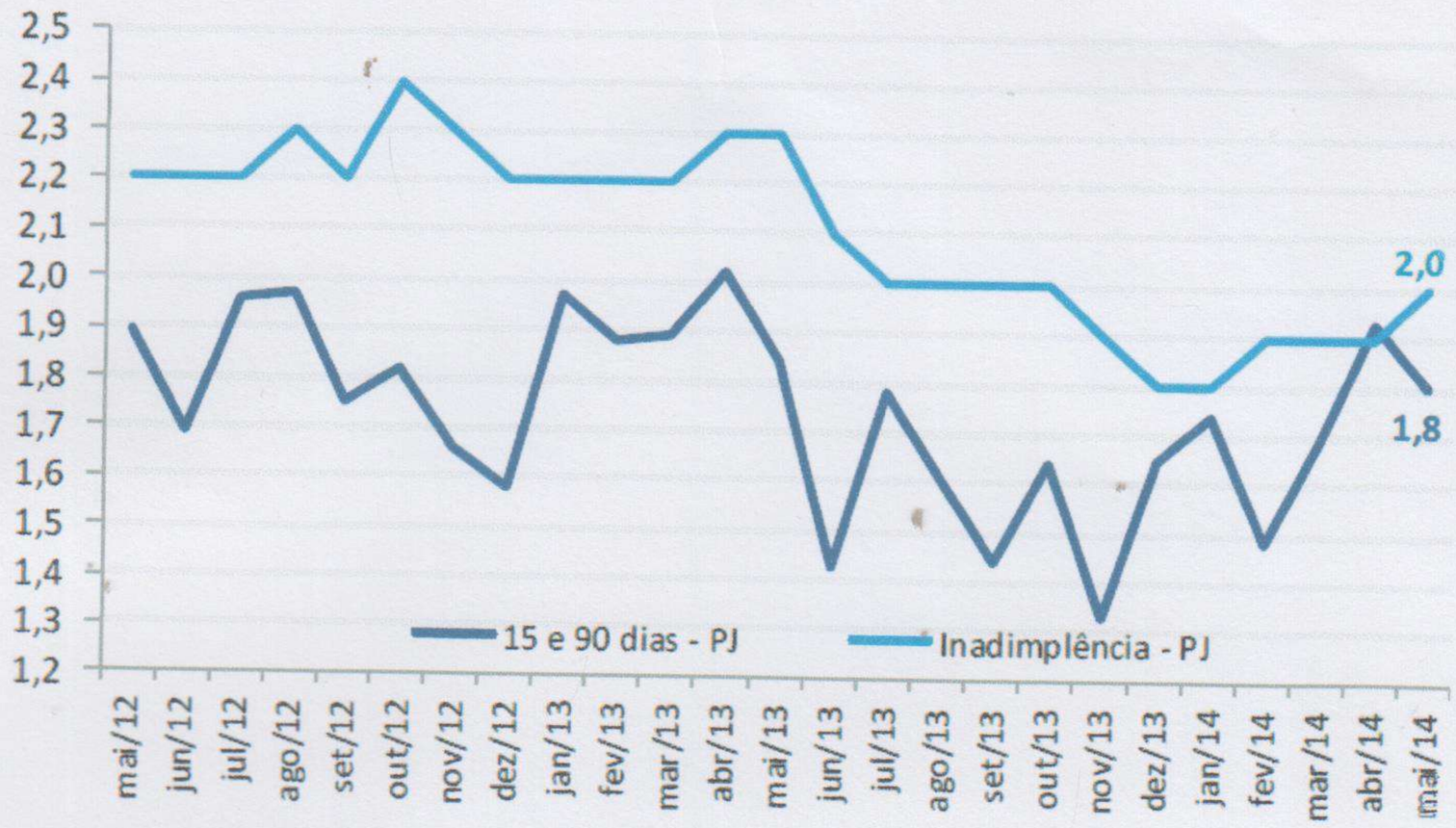
Tipo de dívida (% de famílias)			
Maio de 2014			
Tipo	Total	Renda familiar mensal	
		Até 10 SM	+ de 10 SM
Cartão de crédito	75,3%	76,4%	70,4%
Cheque especial	5,1%	4,3%	8,2%
Cheque pré-datado	2,0%	1,7%	3,2%
Crédito consignado	4,5%	4,3%	5,3%
Crédito pessoal	10,1%	10,1%	10,1%
Carnês	16,8%	18,4%	9,3%
Financiamento de carro	13,5%	10,9%	25,8%
Financiamento de casa	7,9%	5,7%	17,6%
Outras dívidas	2,2%	2,4%	1,3%
Não sabe	0,2%	0,3%	0,1%
Não respondeu	0,2%	0,3%	0,3%

Fonte: CNC – Confederação Nacional do Comércio, de Bens, Serviços e Turismo.

Ainda segundo o CNC o percentual de famílias com dívidas aumentou em maio de 2014, em comparação mensal. No entanto, quando observado o mesmo período do ano anterior, o nível de endividamento permaneceu inferior. O CNC justifica essa diminuição a alta do custo do crédito que induz a uma postura mais cautelosa das famílias ao contratar e renovar empréstimos e financiamentos. Juros mais altos e ganhos de renda mais modestos levam a condições menos favoráveis para o endividamento.

O índice de inadimplência pessoa jurídica em maio de 2014 ficou mais baixo do que os de pessoa física conforme pode ser visto na figura 10. Esse índice ficou na casa de 2,0%. Pode-se observar na figura 12 a participação de dívidas vencidas de 15 a 90 dias e com mais de 90 dias.

Figura 12 – Dívidas vencidas de 15 a 90 dias e inadimplência (+ 90 dias) – Crédito Total – Pessoa Jurídica – maio/2012 a maio/2014



Fonte: FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos.

Nota-se oscilações maiores nos anos anteriores de dívidas entre 15 e 90 dias e em maio atingiu 1,8%. Já a inadimplência teve moderada elevação para 2,0% em relação ao mês anterior.

Observa-se que a inadimplência apesar de ter tido um leve aumento em relação ao mês de abril, vem tendo uma queda em relação aos anos anteriores o que nos mostra um ponto positivo em relação a tomada de crédito pelo brasileiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivando analisar os impactos positivos e negativos do mercado de crédito na economia brasileira através da metodologia do tipo bibliográfico, descritiva, qualitativa e documental procurou-se compreender a evolução do crédito no contexto macroeconômico, a utilização desse crédito e a relação com o endividamento e inadimplência.

Observou-se que a evolução do crédito total em relação ao percentual do PIB brasileiro vem crescendo progressivamente demonstrando que o crédito a cada dia influencia mais a economia do país e sobretudo no crescimento dele. O percentual apresentado em maio/2014, de 56% a participação do crédito no PIB, vem endossar essa relação do crédito e sua importância macroeconômica.

O saldo das operações de crédito do sistema financeiro, recursos livres e recursos direcionados, em maio/2014 teve um crescimento em relação ao mês anterior e movimentou R$ 2.804,5 bilhões. Em doze meses o aumento chega a 12,7% o que significa um aumento satisfatório, no entanto em relação a outros países ainda é considerado baixo. Outro ponto a ser ressaltado é que a confiança no mercado financeiro brasileiro, perpassa pelos nuances existentes do mercado de crédito, bem como na credibilidade desse mercado.

Pode-se dizer, que o mercado de crédito é a mola propulsora de qualquer tipo de desenvolvimento e para isso deve-se criar estruturas para que se atinja esse objetivo. De maneira a alinhar as taxas de juros, volume, prazos e fornecedores a fim de se ter um mercado com desenvolvimento sustentável.

Ao longo de toda história econômica moderna, o instrumento de crédito tem sido o grande impulsionador da geração de emprego e renda. No primeiro trimestre de 2014, houve uma queda tanto no consumo das famílias, quanto nos investimentos e nos gastos do governo. Em relação, a evolução de crédito pessoa física por modalidade pôde-se verificar que os financiamentos imobiliários estão em destaque em relação as demais modalidades, a frente do crédito pessoal e consignado. A facilitação do financiamento imobiliário e maior acessibilidade dessa modalidade faz com que se destaque nos últimos anos. No entanto, levando em consideração os recursos livres, voltado ao consumo pessoa física, a modalidade que obteve o maior volume foi o crédito pessoal (crédito consignado e não consignado) atingindo o valor de R$ 325,21 do total de R$ 756,3 bilhões.

Já em relação a pessoa jurídica o destaque em maio/2014 da evolução do crédito foi o desconto de duplicatas linha de crédito que oferece liquidez imediata com juros prefixados. Essa modalidade apresenta maior conveniência, agilidade e tranquilidade. O volume de

crédito que obteve em maio/2014 maior relevância foi o capital de giro. É esse capital de giro que visa, fundamentalmente, a sustentação da atividade operacional de uma empresa.

O índice de inadimplência vem diminuindo desde maio/2012, sobretudo em relação a pessoa física. Esse indicador sugere conscientização e melhoramento das condições de pagamento das famílias e isso é relevante para a manutenção e funcionamento desse mercado.

Portanto, conclui-se que o crédito possui importante papel na economia, uma vez que é essencial ao financiamento do consumo das famílias e do investimento dos setores produtivos. Uma das razões que explicam o crescimento da economia brasileira no período recente é, exatamente, a ampliação do mercado de crédito. Por isso, na área da economia um tema que vem se destacando no período recente, é a importância do crédito para o desenvolvimento econômico. Como pôde-se notar a participação sobretudo no PIB brasileiro com uma fatia de 56% em maio vem somente endossar essas afirmativas e torna-las consistentes.

Diante dos números apresentados pode-se afirmar que o trabalho obteve resultados positivos, uma vez que foi visualizado o comportamento do crédito na economia brasileira e suas modalidades ficando comprovado, através dos índices apresentados, que o mercado de crédito é o principal elo de toda cadeia produtiva.

Por fim, sugere-se um estudo contínuo sobre o tema, uma vez que o crescimento vertiginoso da demanda de crédito no Brasil vem trazendo diversas mudanças no sistema econômico-financeiro mostrando-se como um mercado extremamente dinâmico e sobretudo por este mercado ser a grande ligação entre agentes superavitários e deficitários e por conseguinte influenciar diretamente na manutenção e desenvolvimento da economia do país.

REFERÊNCIAS

ABECS – Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços. **Análise Econômica dos Benefícios Advindos do Uso de Cartões de Crédito Débito.** Disponível em: <http://www.abecs.org.br/app/webroot/files/media/f/2/1/4a97bc8811e08c52cbff76272e4e0.pdf>. Acesso em 27 de setembro 2014.

ANDRADE, Eduardo Leopoldino de. **Introdução à Pesquisa Operacional: Métodos e Modelos para a Análise de Decisão.** 4. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2009.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Administração do Capital de Giro.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças Corporativas e Valor**, São Paulo: Atlas 2009.

BAER, Werner. **A economia brasileira.** 7. ed. São Paulo: Editora Nobel, 1996.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Autoridade Monetária Brasileira. Conceito.** Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?SELICCONCEITO>. Acesso em 04.maio.2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Nota para a Imprensa de Política Monetária e Operações de Crédito. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/ftp/infecon/notaempr.pdf>. Acesso em 26.set.2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em 01 de setembro de 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1979.

BLATT, A. **Avaliação de risco e decisões de crédito: um enfoque prático.** São Paulo: Nobel, 1999.

BLATT, Adriano. **Dicas para analisar e conceder crédito**. 3.ed. São Paulo: STS, 2000.

BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas de Administração Financeira.** São Paulo: Atlas, 1995.

CARVALHO, Fernando Cardim de et al. **Economia Monetária e Financeira**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CAVALCANTE, Francisco. **Mercado de Capitais.** Rio de Janeiro: Campus, 2001

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. **Pesquisa Nacional de endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) – Maio/2014.** Disponível em: <http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumido-35>. Acesso em 28 de setembro de 2014.

DALLAGNOL, RENATA C. CHIARINI, **Apostila Economia I**, FAG- FACULDADE ASSIS GURGACZ, Cascavel, 2008.

DONADIO, Rosimara et al. **O Papel da Alfabetização Financeira e do Cartão de Crédito no Endividamento dos Consumidores Brasileiros.** REMark - Revista Brasileira de Marketing, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 75-93, jan./abril. 2012.

DROMS, Willian G. e PROCIANOY, Jairo L.. **Finanças para executivos não-financeiros**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

EMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 1995.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia.** São Paulo: Saraiva, 2006.

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos. Disponível em: <http://www.febraban.org.br>. Acesso em 01 de setembro de 2014.

FERNANDES, Kelvia Carneiro de Linhares. **Atitudes à Dívida e a relação com o nível de Endividamento das pequenas empresas industriais de Fortaleza.** Disponível em: <http://www.uece.br/cma2/index.php/arquivos/doc_download/79-kelviafernandes>. Acesso em 07 maio. 2014

FERREIRA, Vera Rita de Mello. **Psicologia econômica: como o comportamento econômico influência nas nossas decisões.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FONSECA, O. L. H.; MORA NETO, F. D.; SOUZA, F. J. **Modelos de análise de crédito utilizando técnicas de aprendizado de máquina.** Sociedade Brasileira de Matemática Aplicada e Computacional, São Carlos, 2005. Disponível em: <http://www.sbmac.org.br/eventos/cnmac/cd_xxviii_cnmac/resumos%20estendidos/.poswaldo_fonseca_ST16df > Acesso em: 10 maio. 2014.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: produtos e serviços**. 11. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

GALEANO, E A V ; FEIJO, C. A. . **Crédito e crescimento econômico: evidências a partir de um painel de dados regionais para a economia brasileira nos anos 2000**. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: <http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/TD32.pdf> Acesso em: 26 set. 2014.

GIANNETTI, Eduardo. **O valor do amanhã: ensaio sobre a natureza dos juros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2007.

GITMAN, Laurence J. **Princípios de administração financeira**. 7. ed. São Paulo: Harbra, 2002.

GONÇALVES PEREIRA, Sérgio Luis. **Na Mira do Crédito.** Gv executivo, vol. 5, n.1, fev-abr 2006.

GOMES, Luiz Flavio; GOMES, Carlos Francisco Simões; ALMEIDA, Adiel Teixeira. **Tomada de Decisão Gerencial: um enfoque multicritério**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

HILLBRECHT, Ronald. **Economia Monetária.** São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 de setembro de 2014.

KAUFMAN, George G. **O sistema financeiro e a economia.** São Paulo: Abril Cultural, 1973.

KEYNES, J.M. **A teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro.** São Paulo: abril cultural, [1936] 1983.

LAMEIRA, Valdir de Jesus. **Mercado de Capitais.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

LIMA FILHO, Abel de. **Curso básico de análise e concessão de crédito.** [S.l.:s.n], 2010.

LOPES, João Carmo e ROSSETTI, José Paschoal. **Economia Monetária**. São Paulo: Atlas, 1998.

MARX, Karl. **O capital:** Crítica da Economia Política**.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol.13, 2003.

MATIAS, Alberto B. **Finanças corporativas de curto prazo: a gestão do valor do capital de giro.** Volume 1. São Paulo: Atlas, 2007.

MELLAGI FILHO, Armando e ISHIKAWA, Sérgio. **Mercado Financeiro e de Capitais.** São Paulo: Atlas, 2000.

MENDES, Carlos Magno et al. **Economia (introdução).** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2007.

MISHIKIN, F. S. **Moedas, Bancos e Mercados Financeiros.** 5 ed. LTC: Rio de Janeiro-RJ, 2000.

OLIVEIRA, Eliane; SILVA, Sandra, M.; SILVA, Wesley V.; **Finanças Comportamentais: um estudo sobre o perfil comportamental do investidor e do propenso investidor.** Disponível em: <http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/IIseminario/gestao/gestao_11.pdf >. Acesso em: 10 maio 2014.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel e CUNHA, André Moreira. **Noções de economia.** Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008.

PASSOS, Carlos Roberto Martins e NOGAMI, Otto. **Princípios da Economia.** São Paulo: Pioneira, 1998.

PERERA, Luiz Carlos Jacob. **Quantificação e precificação do risco de crédito através do modelo de opções.** RAE. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 53, n.3, p. 42-55, 2009.

PINDYCK, Robert S. e RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

PIROLO, Joacir. **Uma proposta para criação de uma estrutura para cobrança de dívidas em Instituições bancárias e comerciais,** 2003. Disponível em <

http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/86174>. Acesso em 03 de setembro de 2014.

POSSAMAI, Ademar, **Apostila Economia,** UNERJ, Jaraguá do Sul, 2001.

PROCON – SP. **Pesquisa de Taxa de Juros – Pessoa Física. Empréstimo Pessoal e Cheque Especial. Maio/2014.** Disponível em: <https://www.procon.sp.gov.br/pdf/txjuros-maio2014.pdf >. Acesso em 27 de setembro 2014.

ROSS, Stephen A., WESTERFIELD, Rondolph W.; JORDAN, Brandford D. **Princípios da Administração Financeira**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia.** 20. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SANTOS, José Odálio dos. **Análise de crédito: empresas e pessoas físicas.** São Paulo: Atlas, 2000.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Análise de crédito: concessão e gerência de empréstimos**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico:** uma investigação sobre os lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**.** São Paulo: Abril Cultura, 1982.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, José Pereira da. **Gestão e análise de risco de crédito.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia:** Micro e Macro**.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia: Princípios Básicos.** 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1998.

VIEIRA, A. **Teoria e prática cambial:** exportação e importação. 3. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2008.

APÊNDICE

Quadro I – Crédito do sistema financeiro

Resumo

Período		Saldos R$ bilhões			Concessões R$ bilhões			Taxas de juros % a.a.			*Spreads* p.p.			Prazos das concessões meses			Inadimplência %		
		PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
2012	Dez	1 292,6	1 075,8	2 368,4	172,4	144,5	316,9	13,3	24,3	18,0	7,0	17,6	11,5	60,8	123,0	87,5	2,2	5,6	3,7
2013	Jan	1 278,8	1 087,3	2 366,1	126,2	138,2	264,4	14,0	24,7	18,6	7,8	18,0	12,2	68,4	125,2	93,0	2,2	5,5	3,7
	Fev	1 290,3	1 093,3	2 383,6	125,7	127,3	253,0	14,0	24,9	18,7	7,6	17,9	12,0	56,8	125,6	86,7	2,2	5,4	3,6
	Mar	1 319,8	1 107,3	2 427,1	144,2	136,9	281,1	14,0	24,5	18,5	7,5	17,4	11,7	54,5	126,9	85,9	2,2	5,4	3,6
	Abr	1 325,2	1 123,9	2 449,1	150,3	148,4	298,7	14,0	24,3	18,5	7,4	17,3	11,7	61,0	128,8	90,5	2,3	5,3	3,6
	Mai	1 344,5	1 142,8	2 487,3	164,4	150,5	314,9	13,5	24,0	18,1	6,8	16,9	11,2	74,1	130,6	98,8	2,3	5,3	3,6
	Jun	1 372,9	1 158,7	2 531,6	161,4	145,4	306,8	14,1	24,2	18,5	6,8	16,2	10,9	63,6	132,7	93,6	2,1	5,0	3,4
	Jul	1 372,7	1 172,4	2 545,1	142,3	152,2	294,5	14,4	25,1	19,1	7,1	16,9	11,4	63,0	133,9	93,9	2,0	5,0	3,3
	Ago	1 389,3	1 188,6	2 577,9	148,7	153,3	302,0	14,7	25,2	19,3	7,2	16,6	11,3	69,5	134,7	98,0	2,0	4,8	3,2
	Set	1 396,6	1 200,6	2 597,2	151,0	148,8	299,8	14,7	25,6	19,5	7,0	16,8	11,3	66,9	134,9	96,7	2,0	4,8	3,3
	Out	1 393,7	1 214,6	2 608,3	156,7	157,7	314,4	14,8	26,2	19,8	7,0	17,4	11,6	63,7	136,2	95,6	2,0	4,6	3,2
	Nov	1 421,0	1 229,9	2 650,9	151,8	153,2	305,0	15,2	26,1	20,0	7,1	17,0	11,5	61,1	137,7	94,8	1,9	4,5	3,1
	Dez	1 464,2	1 251,2	2 715,4	186,3	171,5	357,8	15,1	25,6	19,7	6,9	16,4	11,1	72,6	139,5	101,6	1,8	4,4	3,0
2014	Jan	1 452,8	1 264,5	2 717,3	135,2	155,8	291,0	15,9	26,8	20,7	7,6	17,3	11,8	62,4	140,8	96,7	1,8	4,4	3,0
	Fev	1 460,8	1 271,3	2 732,1	141,3	155,3	296,6	16,0	27,4	21,0	7,7	18,2	12,3	66,5	135,9	97,0	1,9	4,3	3,0
	Mar	1 477,3	1 282,2	2 759,5	153,0	152,4	305,4	16,0	27,7	21,1	7,7	18,3	12,3	79,1	135,1	103,7	1,9	4,4	3,0
	Abr	1 483,7	1 294,6	2 778,3	150,3	158,5	308,8	16,0	27,7	21,1	7,8	18,6	12,5	63,7	135,1	95,1	1,9	4,4	3,0
	Mai *	1 493,3	1 311,2	2 804,5	149,7	165,5	315,2	16,3	27,9	21,4	8,1	18,8	12,8	55,7	141,3	93,4	2,0	4,5	3,1
	Jun *	1 505,7	1 324,0	2 829,7	156,9	162,2	319,1	15,7	27,9	21,1	7,7	19,1	12,7	68,9	142,0	101,2	2,0	4,3	3,0
	Jul *	1 504,3	1 331,1	2 835,4	140,8	165,6	306,4	16,0	28,2	21,4	8,1	19,4	13,1	65,6	141,5	99,2	2,0	4,3	3,0
Variação % [1/]																			
No mês		-0,1	0,5	0,2	-10,3	2,1	-4,0	0,3	0,3	0,3	0,4	0,3	0,4	-3,3	-0,5	-2,0	0,0	0,0	0,0
No trimestre		1,4	2,8	2,1	0,6	5,8	3,3	0,0	0,5	0,3	0,3	0,8	0,6	1,9	6,4	4,1	0,1	-0,1	0,0
No ano		2,7	6,4	4,4	1,3	11,7	6,4	0,9	2,6	1,7	1,2	3,0	2,0	-7,0	2,0	-2,4	0,2	-0,1	0,0
Em 12 meses		9,6	13,5	11,4	3,3	13,2	8,1	1,6	3,1	2,3	1,0	2,5	1,7	2,6	7,6	5,3	0,0	-0,7	-0,3

1/ Nos dados sobre concessões, as variações são apuradas da seguinte forma:

- no mês: concessões no mês de referência/concessões no mês anterior.
- no trimestre: concessões acumuladas nos últimos três meses/concessões acumuladas nos três meses antecedentes.
- no ano: concessões acumuladas nos n meses do ano em curso/concessões acumuladas em igual período do ano anterior.
- em 12 meses: concessões acumuladas nos últimos 12 meses/concessões acumuladas nos 12 meses antecedentes.

Nos dados de taxas de juros, *spreads* e inadimplência, as variações são medidas em pontos percentuais (p.p.).

Nos dados de prazos das concessões, as variações são medidas em meses.

* Dados preliminares.

Quadro II – Crédito do sistema financeiro – Recursos livres

Resumo

Período		Saldos R$ bilhões			Concessões R$ bilhões			Taxas de juros % a.a.			*Spreads* p.p.			Prazos das concessões meses			Inadimplência %		
		PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
2012	Dez	706,5	692,6	1 399,1	133,4	126,1	259,5	18,0	33,9	25,3	10,7	25,6	17,6	30,4	46,7	38,0	3,7	8,0	5,6
2013	Jan	690,8	697,5	1 388,3	110,3	124,9	235,2	18,9	34,6	26,2	11,6	26,2	18,4	27,7	46,9	36,7	3,7	7,9	5,7
	Fev	693,5	696,7	1 390,2	107,5	115,2	222,7	19,0	35,1	26,5	11,3	26,2	18,3	22,6	46,3	33,7	3,7	7,7	5,6
	Mar	711,0	700,6	1 411,6	123,1	121,2	244,3	18,7	34,5	26,0	10,8	25,4	17,6	25,4	46,4	35,2	3,6	7,6	5,5
	Abr	708,3	707,2	1 415,5	126,9	131,1	258,0	19,2	34,4	26,3	11,2	25,4	17,9	27,6	46,7	36,6	3,7	7,5	5,5
	Mai	716,6	714,8	1 431,4	138,1	131,7	269,8	18,6	34,2	25,8	10,5	25,2	17,2	31,4	47,7	39,1	3,7	7,5	5,5
	Jun	728,1	716,9	1 445,0	129,0	123,4	252,4	19,4	34,8	26,6	10,2	24,4	16,8	29,9	47,9	38,3	3,5	7,2	5,2
	Jul	720,5	723,7	1 444,2	123,6	133,6	257,2	20,0	36,2	27,5	10,8	25,7	17,7	26,2	48,0	36,4	3,5	7,2	5,2
	Ago	723,9	727,5	1 451,4	123,7	133,3	257,0	20,6	36,6	28,1	10,9	25,4	17,7	24,5	48,5	35,7	3,4	7,0	5,1
	Set	734,1	730,4	1 464,5	127,6	130,5	258,1	20,7	37,3	28,4	10,8	25,9	17,8	29,4	48,3	38,2	3,4	7,0	5,1
	Out	730,9	734,5	1 465,4	132,5	137,9	270,4	20,8	38,5	29,0	10,7	27,2	18,4	22,9	48,0	34,6	3,4	6,8	5,0
	Nov	744,8	738,1	1 482,9	128,7	133,7	262,4	21,5	38,5	29,4	10,9	26,6	18,2	24,7	47,7	35,4	3,3	6,6	4,8
	Dez	763,3	745,2	1 508,5	146,9	148,9	295,8	21,4	38,0	29,0	10,6	25,8	17,5	30,2	48,4	38,5	3,1	6,7	4,7
2014	Jan	742,2	749,5	1 491,7	113,0	139,7	252,7	22,8	40,0	30,7	11,7	27,5	18,9	23,8	48,2	35,1	3,2	6,6	4,8
	Fev	745,3	747,4	1 492,7	117,5	139,2	256,7	23,1	41,4	31,5	11,9	28,9	19,7	22,6	47,8	34,3	3,3	6,5	4,8
	Mar	752,7	750,0	1 502,7	127,7	137,2	264,9	23,1	41,6	31,7	11,9	29,1	19,9	31,1	47,7	38,8	3,3	6,5	4,8
	Abr	751,8	752,2	1 504,0	127,1	140,4	267,5	22,9	42,1	31,7	11,9	29,8	20,1	28,9	47,1	37,3	3,3	6,5	4,8
	Mai *	757,0	756,7	1 513,7	129,6	143,6	273,2	23,0	42,5	32,0	12,0	30,5	20,6	23,1	47,9	34,5	3,5	6,7	5,0
	Jun *	765,1	758,3	1 523,4	131,1	140,2	271,3	22,6	43,0	32,0	11,9	31,3	20,9	26,0	47,7	36,0	3,4	6,5	4,8
	Jul *	756,4	759,8	1 516,2	119,4	145,6	265,0	23,1	43,2	32,3	12,6	31,7	21,4	29,1	48,0	37,8	3,5	6,6	4,9
Variação %[1/]																			
No mês		-1,1	0,2	-0,5	-8,9	3,9	-2,3	0,5	0,2	0,3	0,7	0,4	0,5	3,1	0,3	1,8	0,1	0,1	0,1
No trimestre		0,6	1,0	0,8	2,1	3,0	2,6	0,2	1,1	0,6	0,7	1,9	1,3	0,2	0,9	0,5	0,2	0,1	0,1
No ano		-0,9	2,0	0,5	0,8	11,9	6,4	1,7	5,2	3,3	2,0	5,9	3,9	-1,1	-0,4	-0,7	0,4	-0,1	0,2
Em 12 meses		5,0	5,0	5,0	2,8	13,1	7,9	3,1	7,0	4,8	1,8	6,0	3,7	2,9	0,0	1,4	0,0	-0,6	-0,3

1/ Nos dados sobre concessões, as variações são apuradas da seguinte forma:

- no mês: concessões no mês de referência/concessões no mês anterior.
- no trimestre: concessões acumuladas nos últimos três meses/concessões acumuladas nos três meses antecedentes.
- no ano: concessões acumuladas nos n meses do ano em curso/concessões acumuladas em igual período do ano anterior.
- em 12 meses: concessões acumuladas nos últimos 12 meses/concessões acumuladas nos 12 meses antecedentes.

Nos dados de taxas de juros, *spreads* e inadimplência, as variações são medidas em pontos percentuais (p.p.).

Nos dados de prazos das concessões, as variações são medidas em meses.

* Dados preliminares.

Quadro III – Crédito do sistema financeiro – Recursos direcionados

Resumo

Período		Saldos R$ bilhões			Concessões R$ bilhões			Taxas de juros % a.a.			*Spreads* p.p.			Prazos das concessões meses			Inadimplência %		
		PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
2012	Dez	586,0	383,2	969,2	38,9	18,4	57,3	7,2	6,8	7,0	2,1	3,1	2,4	92,9	233,2	147,2	0,5	1,9	1,0
2013	Jan	588,1	389,8	977,9	15,9	13,3	29,2	7,7	6,7	7,3	3,0	3,1	3,0	110,5	236,9	159,8	0,5	1,8	1,0
	Fev	596,8	396,6	993,4	18,1	12,2	30,3	7,6	6,6	7,2	2,9	2,9	2,9	91,7	237,7	148,8	0,5	1,9	1,1
	Mar	608,8	406,7	1 015,5	21,0	15,7	36,7	7,7	6,7	7,3	3,0	3,0	3,0	84,2	238,2	144,7	0,5	2,0	1,1
	Abr	617,0	416,7	1 033,7	23,3	17,3	40,6	7,2	6,7	7,0	2,5	3,0	2,7	94,9	240,3	152,4	0,7	2,0	1,2
	Mai	627,9	428,1	1 056,0	26,4	18,7	45,1	7,0	6,7	6,9	2,2	2,9	2,5	116,8	240,8	166,3	0,6	2,1	1,2
	Jun	644,8	441,8	1 086,6	32,4	22,0	54,4	7,4	6,7	7,1	2,6	2,7	2,6	96,9	242,3	155,2	0,6	1,8	1,1
	Jul	652,2	448,7	1 100,9	18,7	18,7	37,4	7,4	6,8	7,2	2,5	2,5	2,5	99,0	243,5	157,1	0,5	1,8	1,0
	Ago	665,3	461,1	1 126,4	25,1	20,0	45,1	7,4	6,9	7,2	2,5	2,4	2,4	112,7	242,5	165,0	0,5	1,8	1,0
	Set	662,5	470,2	1 132,7	23,4	18,3	41,7	7,4	7,0	7,3	2,4	2,3	2,4	103,4	241,9	159,9	0,5	1,9	1,1
	Out	662,7	480,1	1 142,8	24,2	19,8	44,0	7,5	7,2	7,4	2,5	2,3	2,4	103,6	243,1	161,1	0,5	1,7	1,0
	Nov	676,2	491,8	1 168,0	23,1	19,4	42,5	7,6	7,3	7,5	2,6	2,5	2,6	96,1	244,7	157,5	0,5	1,7	1,0
	Dez	700,9	506,0	1 206,9	39,4	22,6	62,0	7,7	7,3	7,5	2,7	2,5	2,6	113,3	244,8	167,2	0,4	1,6	0,9
2014	Jan	710,6	515,0	1 225,6	22,2	16,1	38,3	8,0	7,7	7,9	2,9	2,6	2,8	98,2	246,3	159,1	0,4	1,6	0,9
	Fev	715,5	523,9	1 239,4	23,8	16,2	40,0	7,9	7,2	7,6	3,0	2,8	2,9	106,8	234,7	159,8	0,4	1,7	1,0
	Mar	724,6	532,1	1 256,7	25,3	15,2	40,5	8,0	8,0	8,0	2,9	3,0	2,9	122,8	232,1	168,0	0,5	1,8	1,0
	Abr	731,9	542,4	1 274,3	23,2	18,1	41,3	8,2	7,7	8,0	3,2	3,1	3,2	94,9	231,0	151,6	0,5	1,9	1,1
	Mai *	736,3	554,5	1 290,8	20,1	21,9	42,0	8,7	7,9	8,4	3,6	2,9	3,3	85,2	241,1	150,7	0,5	1,9	1,1
	Jun *	740,6	565,7	1 306,3	25,8	22,1	47,9	7,9	7,7	7,8	2,8	2,8	2,8	108,0	241,0	164,4	0,5	1,7	1,0
	Jul *	747,9	571,3	1 319,2	21,4	20,0	41,4	8,2	8,2	8,2	3,0	3,0	3,0	98,4	238,7	158,0	0,5	1,7	1,0
Variação % [1/]																			
No mês		1,0	1,0	1,0	-17,1	-9,4	-13,6	0,3	0,5	0,4	0,2	0,2	0,2	-9,6	-2,3	-6,4	0,0	0,0	0,0
No trimestre		2,2	5,3	3,5	-7,0	29,1	7,7	0,0	0,5	0,2	-0,2	-0,1	-0,2	3,5	7,7	6,4	0,0	-0,2	-0,1
No ano		6,7	12,9	9,3	3,8	9,8	6,4	0,5	0,9	0,7	0,3	0,5	0,4	-14,9	-6,1	-9,2	0,1	0,1	0,1
Em 12 meses		14,7	27,3	19,8	5,6	14,2	9,2	0,8	1,4	1,0	0,5	0,5	0,5	-0,6	-4,8	0,9	0,0	-0,1	0,0

1/ Nos dados sobre concessões, as variações são apuradas da seguinte forma:

- no mês: concessões no mês de referência/concessões no mês anterior.
- no trimestre: concessões acumuladas nos últimos três meses/concessões acumuladas nos três meses antecedentes.
- no ano: concessões acumuladas nos n meses do ano em curso/concessões acumuladas em igual período do ano anterior.
- em 12 meses: concessões acumuladas nos últimos 12 meses/concessões acumuladas nos 12 meses antecedentes.

Nos dados de taxas de juros, *spreads* e inadimplência, as variações são medidas em pontos percentuais (p.p.).

Nos dados de prazos das concessões, as variações são medidas em meses.

* Dados preliminares.

Quadro IV – Crédito do sistema financeiro

Saldo – percentual do PIB

%

Período		PIB[1/] (R$ milhões)	Pessoas jurídicas			Pessoas físicas			Total
			Recursos livres	Recursos direcionados	Total	Recursos livres	Recursos direcionados	Total	
2012	Dez	4 392 094	16,1	13,3	29,4	15,8	8,7	24,5	53,9
2013	Jan	4 437 268	15,6	13,3	28,8	15,7	8,8	24,5	53,3
	Fev	4 465 584	15,5	13,4	28,9	15,6	8,9	24,5	53,4
	Mar	4 486 995	15,8	13,6	29,4	15,6	9,1	24,7	54,1
	Abr	4 527 384	15,6	13,6	29,3	15,6	9,2	24,8	54,1
	Mai	4 563 809	15,7	13,8	29,5	15,7	9,4	25,0	54,5
	Jun	4 601 510	15,8	14,0	29,8	15,6	9,6	25,2	55,0
	Jul	4 641 572	15,5	14,1	29,6	15,6	9,7	25,3	54,8
	Ago	4 676 596	15,5	14,2	29,7	15,6	9,9	25,4	55,1
	Set	4 719 195	15,6	14,0	29,6	15,5	10,0	25,4	55,0
	Out	4 766 499	15,3	13,9	29,2	15,4	10,1	25,5	54,7
	Nov	4 808 763	15,5	14,1	29,5	15,4	10,2	25,6	55,1
	Dez	4 844 815	15,8	14,5	30,2	15,4	10,4	25,8	56,0
2014	Jan	4 869 055	15,2	14,6	29,8	15,4	10,6	26,0	55,8
	Fev	4 908 818	15,2	14,6	29,8	15,2	10,7	25,9	55,7
	Mar	4 929 633	15,3	14,7	30,0	15,2	10,8	26,0	56,0
	Abr	4 961 520	15,2	14,8	29,9	15,2	10,9	26,1	56,0
	Mai *	4 998 065	15,1	14,7	29,9	15,1	11,1	26,2	56,1
	Jun *	5 023 324	15,2	14,7	30,0	15,1	11,3	26,4	56,3
	Jul *	5 055 996	15,0	14,8	29,8	15,0	11,3	26,3	56,1
Variação %									
No mês		0,7	-0,2	0,1	-0,2	-0,1	0,0	-0,1	-0,2
No trimestre		1,9	-0,2	0,0	-0,1	-0,2	0,4	0,2	0,1
No ano		4,4	-0,8	0,3	-0,4	-0,4	0,9	0,5	0,1
Em 12 meses		8,9	-0,5	0,7	0,2	-0,6	1,6	1,0	1,3

1/ PIB acumulado nos últimos doze meses – valores correntes.

* Dados preliminares.

Quadro V – Crédito do sistema financeiro – Recursos livres

Saldo por modalidade – Pessoas jurídicas

R$ milhões

Período		Desconto de duplicatas	Desconto de cheques	Antecipação de faturas de cartão	Capital de giro				Conta garantida	Cheque especial
					Prazo menor 365 dias	Prazo maior 365 dias	Teto rotativo 1/	Total		
2012	Dez	20 537	10 047	6 179	63 209	264 585	38 611	366 405	43 113	11 384
2013	Jan	18 309	9 645	5 988	62 609	265 300	37 908	365 817	42 582	12 278
	Fev	18 493	9 625	6 100	60 951	266 481	37 494	364 926	43 775	12 976
	Mar	20 463	9 731	6 195	60 294	271 374	37 995	369 663	43 859	12 554
	Abr	19 500	9 646	6 047	58 926	273 012	38 067	370 005	43 218	12 615
	Mai	19 585	9 748	6 267	58 716	275 050	38 895	372 661	42 894	12 395
	Jun	20 963	9 862	6 542	59 085	274 427	40 101	373 613	42 859	12 404
	Jul	19 366	9 566	6 318	57 100	276 222	39 325	372 647	42 457	12 290
	Ago	19 904	9 708	6 426	56 462	276 975	39 352	372 789	42 718	12 408
	Set	21 119	9 457	6 363	56 932	278 627	39 715	375 274	42 825	12 930
	Out	20 666	9 510	6 477	58 048	279 491	39 434	376 973	42 541	12 589
	Nov	22 086	9 750	6 624	60 025	282 106	39 698	381 829	43 853	12 878
	Dez	23 157	9 499	7 030	60 969	286 907	40 187	388 063	43 036	12 318
2014	Jan	20 380	9 145	6 779	57 567	287 386	38 861	383 814	42 878	13 223
	Fev	20 991	9 302	6 766	57 448	288 113	38 077	383 638	44 484	13 382
	Mar	22 358	8 929	6 418	57 176	287 329	37 828	382 333	45 111	13 387
	Abr	21 429	8 935	6 454	58 035	289 975	37 545	385 555	44 988	13 443
	Mai *	21 633	9 055	6 207	58 378	293 339	37 221	388 938	44 834	12 737
	Jun *	22 201	8 871	6 575	56 533	295 330	37 124	388 987	45 763	13 290
	Jul *	20 731	8 836	6 194	56 496	293 858	36 595	386 949	44 507	12 549
Variação %										
No mês		-6,6	-0,4	-5,8	-0,1	0,5	-1,4	-0,5	-2,7	-5,6
No trimestre		-3,3	-1,1	-4,0	-2,7	1,3	-2,5	0,4	-1,1	-6,7
No ano		-10,5	-7,0	-11,9	-7,3	2,4	-8,9	-0,3	3,4	1,9
Em 12 meses		7,0	-7,6	-2,0	-1,1	6,4	-6,9	3,8	4,8	2,1

1/ As operações com teto rotativo não estão compreendidas na segmentação por prazo (até 365 dias e superior a 365 dias).

* Dados preliminares.